



Universidade da Beira Interior  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Psicologia e Educação

Programas Intergeracionais - revisão teórica e construção de  
proposta de intervenção

Cláudia Martins Tavares

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA À  
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR COMO REQUISITO  
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE (2º CICLO) EM  
EDUCAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

Covilhã, 2010

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação do/a  
Prof<sup>ª</sup>. Doutor(a) Rosa Marina Afonso apresentado à Universidade da  
Beira Interior para a obtenção do Grau de Mestre em  
Educação Social e Comunitária, registado na DGES sob o 6084

## **Agradecimentos**

À Professora Doutora Rosa Marina Afonso, pela orientação,  
disponibilidade, atenção e partilha do seu saber.

Ao Octávio pela paciência e a ajuda incondicional.

Ao Alexandre, ao Cláudio, ao Henrique e ao Zé pela companhia nas  
viagens à Covilhã.

À minha família pelo apoio dado durante todo este processo.

Aos amigos por nunca deixarem de me incentivar.

Às crianças e aos idosos, os grandes inspiradores deste trabalho.

## Resumo

Este trabalho apresenta uma revisão sobre o conceito de Programas Intergeracionais (P.I.'s). Foi realizado um levantamento dos documentos publicados existentes sobre o tema e uma reflexão sobre os mesmos em torno de questões sobre o que são os Programas Intergeracionais, características e situação dos mesmos em Portugal.

Os P.I.'s contribuem para a construção de uma sociedade para todos, ou seja, através destes programas pode promover-se a coesão social e uma sociedade com igualdade de oportunidades para todas as gerações.

Os P.I.'s consistem em actividades que promovam e valorizem as relações entre idosos e crianças/jovens como meio de proporcionar melhor qualidade de vida às gerações envolvidas.

Este trabalho centra-se na importância dos Programas Intergeracionais para a desconstrução de estereótipos em relação a pessoas de outras idades promovendo e melhorando relações interpessoais de pessoas de diferentes idades. A seguir à exposição teórica é feita uma proposta de intervenção que consiste num P.I. a desenvolver em Portugal, num contexto rural, com crianças e idosos de uma determinada comunidade.

Palavras-chave: Programa; Intergeracional; Interacção; Crianças; Envelhecimento.

## **Abstract**

This work presents a review about the concept of intergenerational programs (I.P.'s). It was made a survey of the existing published documents on the subject and a reflection on them around issues about what intergenerational programs are, features and their situation in Portugal.

I.P.'s help to build a society for all, in other words, through these programs we can promote social cohesion and a society with equal opportunities for all generations.

I.P.'s consist in activities that promote and enrich relationship between elderly and children as a mean to provide better life quality to the generations involved in this process.

This work focuses on the value of intergenerational programs for the deconstruction of stereotypes towards people of different ages, promoting and improving interpersonal relations among those. Following the theoretical exposition, an intervention proposal is made, consisting of an I.P. to develop in Portugal, in a rural context, with children and elderly of a given community.

**Key words:** Program; Intergenerational; Interaction; Children; Aging.

## Índice

Introdução.....	1
1 – Programas Intergeracionais .....	3
Programas Intergeracionais: Conceito.....	3
Solidariedade entre gerações .....	5
Programas intergeracionais – principais componentes.....	7
Programas intergeracionais – desafios a superar .....	12
Programas intergeracionais – exemplos de práticas .....	13
2 - Benefícios dos Programas Intergeracionais.....	18
Benefícios para os Intervenientes.....	19
Idosos .....	19
Crianças/Jovens.....	22
Benefícios para a Sociedade.....	24
Benefícios para as Instituições .....	26
3 – Construção de Programas Intergeracionais como estratégia de intervenção educativa .....	28
Princípios orientadores para a construção de P.I.'s.....	29
Etapas de construção de um Programa Intergeracional.....	31
Perfil dos técnicos .....	33
Avaliação dos programas intergeracionais .....	36
4 - Proposta de programa intergeracional .....	41
Diagnosticar globalmente as necessidades .....	41
Analisar aprofundadamente o problema.....	43
Objectivos do Programa.....	43
Estratégias de intervenção.....	45
Financiamento.....	45
Recursos humanos .....	45
Divulgação .....	46
Formação complementar .....	48
Plano de acção .....	49
Avaliação do programa .....	54
Conclusão .....	55
Bibliografia .....	57

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Conceito de Programas Intergeracionais segundo vários autores .....	3
Tabela 2- Principais características dos Programas Intergeracionais.....	11
Tabela 3- Síntese dos benefícios dos P.I.'s para os idosos .....	21
Tabela 4 - Síntese dos benefícios dos P.I.'s para as crianças e jovens .....	22
Tabela 5 - Síntese dos benefícios dos P.I.'s para a sociedade .....	25
Tabela 6 - Síntese dos benefícios dos P.I.'s para as Instituições .....	27
Tabela 7 - Lista síntese de princípios orientadores para a construção de P.I.'s no contexto escolar .....	30
Tabela 8 - Etapas para a construção de um Programa Intergeracional.....	31
Tabela 9 - Características dos gestores dos Programas Intergeracionais .....	34
Tabela 10 - Aspectos necessários para avaliar um Programa Intergeracional .....	38
Tabela 11 - Etapas para a avaliação de um Programa Intergeracional.....	39
Tabela 12 - Plano de formação.....	48
Tabela 13 - Descrição das tarefas a realizar .....	50
Tabela 14 - Cronograma das actividades .....	52

## Introdução

O envelhecimento da população é um fenómeno que tem causado preocupações, havendo desde 1982, data da 1ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, um plano internacional contendo várias medidas a adoptar para apoiar os mais velhos, esse plano orientou o pensamento e as acções acerca do envelhecimento durante 20 anos (Nações Unidas, 2002).

Como nos refere Pinto & al. (2009, pp. 5) “o mundo em que vivemos é diferente daquele em que nascemos”; ainda segundo os mesmos autores, além do envelhecimento da população e das mudanças na estrutura familiar, a própria sociedade em que vivemos está em constante desenvolvimento e mutação. As áreas urbanas são cada vez maiores (Pinto et al., 2009) o avanço tecnológico dá-se a um ritmo sem precedentes (Nações Unidas, 2002), a globalização, a migração, a entrada das mulheres no mercado de trabalho são factores que apontam para a mudança das sociedades (Livro Verde, 2005).

Perante estas mudanças na sociedade Delgado e Bueno (2006), referem que os Programas Intergeracionais (P.I.'s) surgem como uma nova metodologia de acção social numa sociedade que se encontra em mudança, factores como o envelhecimento da população, favorecido pelo decréscimo da natalidade e o aumento da esperança média de vida, provocam mudanças nas interações sociais levando a uma nova forma de actuar. Uma das consequências dessas mudanças foi que em todo o mundo a necessidade de manter ou desenvolver a coesão social tem vindo a ganhar cada vez mais importância (Hatton-Yeo, 2001).

Assim Sánchez e Martínez (2007) baseiam-se no conceito de uma sociedade para todas as idades, proposto pelas Nações Unidas para apresentar e desenvolver os P.I.'s. Ainda os mesmos autores dizem-nos que esse conceito de uma sociedade para todas as idades se refere, por um lado, a uma sociedade feita para que pessoas de todas as idades possam viver nela e, por outro, que essa sociedade esteja apta a acomodar pessoas de idades distintas sendo capaz de responder às suas necessidades e garantir o seu bem-estar e felicidade. Segundo as Nações Unidas uma sociedade para todas as idades não é só um conceito, mas sim um ideal, uma meta, propondo a todos os países que se unam para a atingir.

Conforme Newman e Sánchez (2007), no Plano de Madrid, as Nações Unidas propõem medidas, como fomentar as relações e associações intergeracionais e facilitar a participação das pessoas de idade em grupos comunitários intergeracionais; perante tal, os autores propõem a promoção e expansão dos programas intergeracionais como uma forma de tornar essas propostas realidade.

Perante tantas problemáticas, é urgente agir de forma a atenuar as dificuldades sociais indo ao encontro da coesão social (Pinto & al., 2009) numa sociedade cada vez mais multicultural (Hatton-Yeo & Ohsako, 2001). Os P.I.'s são assim um desafio para os técnicos de acção social (Afonso, 2009) visto que esses programas apontam para a promoção de uma mudança social global (Hatton-Yeo & Ohsako, 2001) proporcionando um método eficaz para alcançar a inclusão social e combater qualquer tipo de discriminação (Butts, 2007).

Este trabalho centra-se nos Programas Intereracionais e na planificação de um programa. Numa primeira parte deste trabalho apresenta-se uma revisão literatura acerca dos Programas Intergeracionais, inserido num primeiro capítulo designado Programas Intergeracionais, num segundo capítulo no qual serão revistos os benefícios desses programas para os seus intervenientes e um terceiro capítulo em que se revê o processo de construção de P.I.'s como estratégia de intervenção educativa. A segunda parte deste trabalho apresenta a planificação de um Programa Intergeracional a realizar, preferencialmente, em Portugal, num contexto rural.

# 1 – Programas Intergeracionais

## Programas Intergeracionais: Conceito

A definição de Programas Intergeracionais não é consensual (Newman & Sánchez, 2007), como podemos ver na Tabela 1. No entanto, pode referir-se que grande parte dos autores consideram que os PI são programas que implicam compartilhar habilidades, conhecimentos e experiências entre crianças e idosos (Ventura-Merkel & Lidoff, 1983 in Newman & Sánchez, 2007), proporcionando sistemas de apoio positivo que ajudam a manter o bem-estar e a segurança das duas gerações (Newman, 1997 in Newman & Sánchez 2007). Estes dois autores resumem o que os PI têm de maior importância assim como Afonso (2009) que refere que há três pontos que todos os programas devem ter em conta para que de facto haja a promoção de uma sociedade para todas as idades: (1) Envolver pessoas de diferentes gerações; (2) Implicar benefícios para os participantes das diferentes gerações implicadas; (3) Garantir a promoção de relações de intercâmbio entre os participantes de diferentes gerações.

Na Tabela 1 encontram-se algumas das definições segundo diversos autores.

Tabela 1- Conceito de Programas Intergeracionais segundo vários autores

Autores	Definição	Ano
Ventura-Merkel e Lidoff, (1983)	Actividades ou programas que estimulam a cooperação, a interacção e intercâmbio entre pessoas de diferentes gerações.	1983
Newman, (1997)	Programas Intergeracionais juntam jovens e idosos para partilharem experiências das quais beneficiam ambos os grupos. Estes programas estão concebidos para que pessoas mais velhas e mais jovens e sem laços biológicos se envolvam em interacções que promovam a ligação entre sistemas de gerações e de intercâmbio cultural e proporcionar apoio positivo para ajudar a manter o bem-estar e segurança das gerações mais jovens e mais velhas.	1997
Hatton-Yeo e Ohsako, (2001)	Programas Intergeracionais são veículos para a partilha, intencional e permanente, de recursos e aprendizagens entre gerações mais velhas e mais novas para alcançar benefícios individuais e sociais	2001
McCrea, Weissman e Thorpe Brown, (2004)	Um programa organizado para promover a interacção entre crianças, jovens e idosos que sejam progressivas, mutuamente benéficas e levando ao desenvolvimento das relações.	2004
Afonso, (2009)	Os Programas Intergeracionais podem assumir diferentes configurações, com actividades, objectivos, duração e grupos muito variáveis.	2009
Vega e Bueno, (1994)	Programas Intergeracionais são aqueles que unem mais de uma geração, através da implementação de qualquer actividade planejada, tendo em vista alcançar objectivos específicos.	1994

Newman e Sánchez (2007) consideram os Programas Intergeracionais o instrumento adequado para estimular e fortalecer as relações entre gerações. Na Assembleia Mundial sobre o envelhecimento definiram-se P.I.'s como veículos para o intercâmbio determinado e continuado de recursos e aprendizagens entre as gerações mais velhas e mais jovens (Hatton-Yeo, 2006). Sendo esta uma definição ampla abarca o diferente estado de desenvolvimento e o contexto cultural de todos os países participantes, sem a qual era impossível avançar com uma investigação internacional sobre o assunto, visto que encontramos para P.I.'s diferentes definições (Hatton-Yeo, 2006).

Como menciona Hatton-Yeo e Ohsako (2001), os P.I.'s começaram a surgir como um instrumento para solucionar problemas sociais de um determinado país. As pesquisas reconhecem que os P.I.'s fornecem um meio importante para restaurar os laços que se foram quebrando entre as gerações, permitindo o resgate e transmissão da cultura tradicional (Hatton Yeo & Ohsako, 2001).

Segundo Newman e Sánchez (2007), os autores que estudaram os P.I.'s analisaram com interesse especial a singularidade das relações entre as pessoas de gerações não consecutivas nestes programas dando ênfase à empatia que se cria entre o velho e o novo. Embora a tradição dos P.I.'s se tenha concentrado em programas cujos participantes são independentes e pertencem a gerações distantes (intercaladas) ciclo vital, nada impede que os P.I.'s não tenham sucesso, mesmo que não englobem estas duas últimas condições.

Os recursos são utilizados de forma mais sensata quando as gerações se reúnem em vez de separar (Gerações Unidas, a agenda política para o Congresso 106, in Hatton-Yeo & Ohsako, 2001), deste modo os P.I.'s podem mobilizar recursos humanos, como nos é demonstrado nos exemplos dados anteriormente, em que se incentivam pessoas mais velhas não activas profissionalmente a participar em actividades lucrativas do ponto de vista social e pessoal, nas quais podem aplicar os seus conhecimentos ajudando crianças e jovens.

Em suma, apesar de existirem várias definições de Programas Intergeracionais todos os autores mencionam a existência de interação entre gerações, alcançando-se benefícios mútuos com o desenvolvimento das actividades. As actividades desenvolvidas devem promover a partilha de aptidões, conhecimentos e experiências entre gerações. Os P.I.'s surgiram como resposta social aos problemas da sociedade actual e também assumiram importância na recuperação de tradições culturais.

## **Solidariedade entre gerações**

Os Programas Intergeracionais baseiam-se no princípio da solidariedade entre gerações.

No decorrer da Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, organizada pelas Nações Unidas, foi reconhecida a necessidade de reforçar a solidariedade e parcerias entre gerações, tendo presentes as necessidades individuais dos mais velhos e dos jovens e incentivar as relações de solidariedade entre gerações (ONU, 2002 in Newman & Sánchez, 2007).

Uma das questões desenvolvidas no Plano de Acção Internacional sobre o Envelhecimento foi a solidariedade intergeracional sendo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades (Nações Unidas, 2002) embora actualmente este sentimento seja muito difícil de desenvolver devido à sociedade urbana e materialista em que vivemos. É necessário lutar contra isso fomentando e nutrindo sentimentos de ajuda e cooperação entre as pessoas (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel, 2009). Segundo o Livro Verde, deverão desenvolver-se novas formas de solidariedade entre as gerações, feitas de apoio mútuo e troca de competências e experiências.

Apesar de ter sido em 2002 que foi reconhecida a importância da solidariedade entre gerações, pensando em medidas que fossem nesse sentido, foi em 1993, ano em que na Europa se desenvolviam actividades para as pessoas mais velhas e também se promovia a solidariedade entre gerações (Ano Europeu das pessoas idosas e da solidariedade entre gerações), que o termo foi aplicado nesse sentido pela primeira vez (Hatton-Yeo, 2006). A solidariedade entre gerações torna-se num elemento chave para o desenvolvimento social (Nações Unidas, 2002) para o qual é necessário reconhecer a importância das relações familiares e da comunidade (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel,

2009). A solidariedade deve ser incentivada no sentido da cooperação mútua, da compreensão e da co-existência de gerações (Comissão Europeia, 2009) sendo a solidariedade apoiada em vínculos de apoio mútuo (Hatton-Yeo, 2006).

De forma a incentivar a solidariedade entre gerações, o Plano de Acção Internacional sobre o Envelhecimento, impõe como objectivo “fortalecer a solidariedade mediante a equidade e a reciprocidade entre as gerações” (Nações Unidas, 2002 pp. 19), para o qual foram determinadas medidas como: (1) promover perante a sociedade a questão do envelhecimento como algo do interesse comum; (2) considerar a possibilidade de alterar as políticas existentes de forma a garantir que estas promovam a solidariedade entre gerações; (3) organizar iniciativas que promovam o intercâmbio entre gerações, nas quais os idosos são vistos como um recurso para a sociedade; (4) facilitar as reuniões entre pessoas de diferentes faixas etárias sendo estas interacções a chave do desenvolvimento social.

Sedmak et al. (2008) referem que, para manter um sistema de solidariedade entre gerações, é necessário transformar aquilo que parece um risco numa oportunidade, e Lima (2007) defende a cooperação entre gerações como um ponto essencial para o entendimento entre gerações. Na mesma linha sugere a criação de um novo pacto social internacional que, segundo os autores, deve ser baseado em três princípios: (1) as acções deverão ser integradas cobrindo todas as áreas da vida; (2) deverão ser universais e integrar várias gerações; (3) dessas mesmas acções não deverão resultar benefícios exclusivos para um grupo em particular mas sim baseadas nas trocas entre as várias gerações.

Como mencionam Newman e Sánchez (2007) a solidariedade entre gerações é necessária, no entanto não deve ser promovida apenas na família mas também na sociedade. Neste sentido, os P.I.'s são veículos para a prática da solidariedade. A perspectiva dos P.I.'s dirige-se no sentido de uma solidariedade mútua, de umas gerações para as outras e, não apenas, num único sentido.

Na maioria dos países, a família continua a ser a fonte mais segura de solidariedade (Sedmak et al., 2008), embora as novas tendências sociais venham a contrariar o tradicional papel da família nos cuidados e apoios (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel, 2009).

## **Programas intergeracionais – principais componentes**

Alguns estudos analisaram as principais características dos P.I.'s que obtiveram mais sucesso e que melhor cumprem o objectivo de estabelecer laços positivos entre gerações (Newman & Sánchez, 2007).

Segundo Sánchez (2007) a análise dos principais componentes num P.I. deve basear-se de acordo como os estudos realizados por: (1) Newman, (1998); (2) Bressler, Henkin e Adler, (2005); (3) Feldman et al., (2002); (4) Grandville, (2002); (5) MacCallum et al., (2006).

### **Perspectiva de Newman, (1998)**

Newman (1998) aponta oito componentes dos P.I.'s que funcionam melhor, sendo eles: (1) comunidade; (2) institucionalização; (3) gestão; (4) avaliação; (5) participantes; (6) trabalho em rede; (7) financiamento; (8) pessoal.

A comunidade é mencionada no sentido em que qualquer Programa Intergeracional se desenvolve no contexto de uma ou mais comunidades às quais pertencem os participantes do programa (Newman, 1998). Na mesma linha, devemos ter em conta a realidade, os recursos, os membros e as verdadeiras necessidades dessa(s) comunidade(s). Nos P.I.'s que funcionam bem a comunidade é uma parte constituinte do próprio programa, parte essa que deve ser bem analisada antes da sua execução.

O componente da institucionalização sugere que o programa deve estar relacionado com instituições e/ou organizações que assegurem a sua manutenção, mais concretamente dos técnicos necessários, permitindo que estes definam e alcancem objectivos e avaliações a médio e longo prazo. A institucionalização é importante como forma de garantir a sustentabilidade do programa.

A questão da gestão de um programa é importante de forma a realizar uma adequada gestão e coordenação de recursos, tanto materiais como humanos, sem a qual a execução dos mesmos não seria viável.

A avaliação é fundamental para contabilizar ganhos e danos, ou pontos positivos e negativos de um PI, através de ferramentas e estratégias devia avaliar-se todos os

programas segundo aquilo que com eles se pretende atingir, no entanto ainda há programas que não são avaliados.

Os participantes são as pessoas, crianças, jovens, adultos, idosos, que fazem parte do programa.

O trabalho em rede é valorizado pelo facto de ter participantes de gerações distintas que nos leva a ligar grupos, entidades, actividades, espaços, entre outros, que não têm relação entre si ou que, apenas, entram em contacto esporadicamente. Isto significa que temos de construir redes, e também aproveitar as que já existem, introduzindo nelas a perspectiva intergeracional, para que a idade, seja ela qual for, não seja um obstáculo à participação, mas exactamente o oposto.

Os gastos que se irão fazer, como custos das actividades e recursos necessários, são o financiamento.

Por fim, além dos participantes, a realização do programa implica profissionais de áreas distintas, parte deste pessoal deve constar no âmbito do programa.

### **Perspectiva de Bressler, Henkin e Adler, (2005)**

No entanto, Sánchez (2007) acrescenta que o estudo de Newman (1998) ficaria mais completo com a perspectiva de Bressler, Henkin e Adler (2005), no que diz respeito aos componentes essenciais para a concretização de um P.I. Estes últimos autores referem cinco elementos de máxima importância: (1) regras; (2) relações; (3) reciprocidade; (4) reconhecimento e (5) capacidade de resposta às necessidades da comunidade (esta última vai de encontro com o primeiro elemento a ter em conta, segundo Newman, 1998).

De acordo com Bressler, Henkin e Adler (2005) todos os participantes devem ter um papel definido, uma posição e tarefa de modo a que a sua intervenção seja significativa levando à existência de regras.

Os mesmos autores defendem as relações como um elemento primordial na concretização de um P.I., pois os seus participantes devem desenvolver relações pessoais e sentimentos positivos.

Outro elemento que esses autores destacam é a reciprocidade, com o intuito que todos os participantes experimentem o “dar e receber” de pessoas que não pertencem à sua faixa etária.

O reconhecimento que cada participante traz ao programa, a maior parte das vezes através de inquéritos, é fundamental para a avaliação do mesmo.

### **Perspectiva de Grandville, (2002)**

Ainda de forma a completar as duas primeiras perspectivas, Sánchez (2007) acrescenta uma terceira proposta de Grandville (2002), autor que analisou mais de 60 P.I.'s, chegando a nove componentes principais: (1) boa gestão e planificação; (2) boa colaboração entre entidades; (3) presença de campeões; (4) desenvolvimento da capacidade da comunidade; (5) promoção da inclusão social; (6) benefícios para os participantes; (7) preparação dos participantes; (8) assegurar-se que o P.I. não reforça estereótipos negativos; (9) avaliação.

Alguns componentes da proposta de Grandville (2002) vão de encontro aos que já foram referidos por Newman (1998), Bressler, Henkin e Adler (2005) sendo desenvolvendo-se apenas os que não coincidem.

O elemento presença de campeões está relacionado com a importância do envolvimento de pessoas que, com o seu trabalho e a sua experiência em outros P.I.'s, motivem outros participantes.

O desenvolvimento da capacidade da comunidade é importante, visto que os melhores P.I.'s têm como objectivo aumentar as competências, confiança e estatutos de pessoas de diferentes gerações dentro da sua comunidade; isto implica que essas comunidades estejam mais preparadas para enfrentar, com sucesso, problemas potencializando o seu desenvolvimento.

A promoção de encontros e conhecimento entre as pessoas através de um P.I. pode ser um instrumento para ajudar a combater a discriminação e o isolamento, promovendo a inclusão social. Um P.I. deve fomentar mudanças positivas na vida das pessoas nele implicadas trazendo benefícios para os que nele participam.

A preparação dos participantes implica a formação e orientação prévias de quem vai participar num P.I., devendo os participantes estar preparados para a experiência que vai viver tirando todo o partido dela.

Assegurar-se que um P.I. não irá reforçar os estereótipos negativos visto que este deve implicar a solidariedade, a confiança e a colaboração mútua entre os participantes. No entanto, o resultado de um P.I., caso não seja bem orientado e programado, pode ter um efeito inverso provocando o reforço de estereótipos negativos entre gerações.

### **Perspectiva Feldman et al., (2002)**

Continuando a expôr a pesquisa de Sánchez (2007), surge a proposta feita por Feldman & al. (2002) através de 13 P.I.'s desenvolvidos na Austrália, apresentando sete elementos como os mais importantes para o sucesso deste tipo de programas: (1) sustentabilidade do tema abordado pelo P.I. (o tema escolhido deve ter em conta as pessoas implicadas de forma a contar com o apoio destas e assim se tornar sustentável); (2) amplo apoio e interesse no P.I. (colocando em prática P.I.'s que vão de encontro às necessidades da comunidade, haverá maior interesse nas organizações, instituições e empresas em apoiá-los financeiramente); (3) implicação comunitária; (4) planificação; (5) apoio de voluntários; (6) financiamento; (7) colaboração da entidade promotora do P.I. com outras entidades.

### **Perspectiva de MacCallum et al., 2006**

No entanto, surge uma quinta proposta, de uma investigação mais recente de MacCallum & al. (2006) que reúne as seguintes características: (1) relações (a duração de um P.I. é suficiente para permitir o estabelecimento de relações e extinguir estereótipos); (2) comunidade; (3) papéis dos participantes; (4) adaptação do programa (os programas devem ser capazes de se adaptar de forma a responderem melhor a determinados assuntos); (5) actividades (estas devem ser escolhidas de forma a facilitarem a participação); (6) gestão e planificação; (7) colaboração entre entidades.

A tabela 2 sistematiza os componentes propostos pelos diferentes autores e permite a visualização das coincidências entre as diferentes perspectivas.

Tabela 2- Principais características dos Programas Intergeracionais

Autores	Newman, 1998	Bressler, Henkin e Adler, 2005	Feldman & al., 2002	Grandville, 2002	MacCallum & al., 2006
Comunidade	X	X	X	X	X
Gestão e planificação	X	X	X	X	X
Colaboração entre entidades	X	X	X	X	X
Pessoal	X				
Institucionalização	X				
Avaliação adequada	X			X	
Participantes bem preparados	X			X	
Presença de campeões				X	
O não reforço de estereótipos negativos				X	
Promoção da inclusão social				X	
Benefícios para os participantes				X	
Papéis		X			X
Relações		X			X
Reciprocidade		X			
Reconhecimento		X			
Financiamento	X		X		
Sustentabilidade do tema			X		
Amplo apoio e interesse pelo PI			X		
Apoio de voluntários			X		
Actividades					X
Adaptação do programa					X

Fonte: Elaborado a partir de Newman e Sánchez (2007:16)

Sánchez (2007) refere que, a partir da análise dos componentes dos P.I.'s se podem retirar importantes orientações para a sua planificação e realização, na medida em que existe algum consenso sobre os elementos que devem ser garantidos para um P.I. bem sucedido. Estes elementos são os três seguintes: (1) comunidade (responder a necessidades reais que existem no local onde se realiza); (2) gestão e planificação (fazer uma boa gestão e planificação de um programa); trabalho em rede (contar com a colaboração de diversas entidades da zona).

No entanto, segundo Newman e Sánchez (2007), há ainda que considerar os cinco elementos que são referidos por mais do que um autor, como podemos observar na tabela 2, que são: uma avaliação adequada do programa; uma boa preparação das pessoas que participam num P.I.; um financiamento suficiente; participantes com papéis definidos no P.I.; que o programa não proporcione que os participantes estejam, apenas, juntos e se reúnam, mas sim que haja relações entre eles.

## **Programas intergeracionais – desafios a superar**

Hatton-Yeo e Ohsako (2001) defendem que ainda há muitos passos a dar no âmbito dos Programas Intergeracionais sendo necessário investigar mais sobre a avaliação, implicações e conhecimento das motivações dos participantes.

Vários autores são unânimes em relação à urgência em desenvolver mecanismos de avaliação dos programas intergeracionais, visto que esse é um dos pontos fracos mais apontado (Hatton-Yeo, 2009).

Butts (2007) refere ser necessário promover e desenvolver práticas intergeracionais tanto a nível nacional, como internacional; para tal Hatton-Yeo e Ohsako (2001) defendem ser fundamental existirem mais apoios dos governos, de cada país, para as iniciativas intergeracionais.

Hatton-Yeo e Ohsako (2001) sugerem que sejam analisadas as diferenças do impacto dos programas intergeracionais nos meios urbanos e nos meios rurais e, ainda, que sejam criadas redes nas quais se possam partilhar experiências de sucesso e também se possa aceder a ajuda técnica.

Uma vez que ocorreram muitas mudanças na sociedade e no modo de vida, os profissionais que desenvolvem Programas Intergeracionais devem ter em conta que, nos

dias de hoje, os intercâmbios intergeracionais já não ocorrem naturalmente dentro do seio familiar e que essas relações têm de ser incentivadas, devendo os profissionais acompanhar as evoluções da sociedade e desenvolver projectos que vão de encontro às novas tendências sociais (Pinto et al., 2009).

Newman (2001) por sua vez, insiste na necessidade de ter profissionais com experiência para desenvolver, avaliar e investigar estes programas, ou seja, apostar na formação de técnicos na área social, especializados no campo intergeracional.

O envolvimento das políticas locais é fundamental para tornar os programas sustentáveis a longo prazo, assim como o envolvimento da comunidade, este pode ser estimulado através de voluntariado, de doações e trabalho remunerado sendo rentabilizados todos os recursos humanos existentes para atenuar gastos e assim manter os programas em acção durante um período de tempo mais alargado (Sedmak et al., 2008).

Em Portugal, ainda há muito a conquistar na área da intergeracionalidade visto que através de um levantamento realizado por Afonso, Branco, Esgalhado, Simões e Pereira (2010) chegou-se à conclusão que existem poucos documentos publicados sobre o tema e, no que diz respeito a iniciativas há alguns projectos a decorrer com bastante qualidade. Assim, em Portugal é urgente desenvolver conceitos e aprofundar o conhecimento acerca do impacto das relações intergeracionais na prática (Nunes, 2009).

## **Programas intergeracionais – exemplos de práticas**

Há várias iniciativas relacionadas com Programas Intergeracionais que têm decorrido em vários países. As duas Assembleias Mundiais sobre o envelhecimento despertaram nos países que participaram um interesse em desenvolver os P.I.'s nos seus países, como tal encontramos exemplos variados destes programas.

Hatton-Yeo (2006) considera que os P.I.'s podem ser realizados em diversos cenários, como escolas, universidades, dentro da comunidade, organizações de jovens, são apenas alguns exemplos. Ainda segundo a mesma autora sabemos que os principais dinamizadores de P.I.'s em muitos países são os centros comunitários, as escolas, as universidades, os sindicatos, os governos locais e as ONG's.

### *Criação de “Jardins da Escola” - Itália*

Em Orto, em Condotta, Itália, foi desenvolvido um projecto de criação de “Jardins da escola”, como uma oportunidade de ensino, onde os alunos podem interagir com os adultos mais velhos para descobrirem o valor das actividades de jardinagem tradicional com todas as suas implicações em termos de consciência ambiental, assim como conhecimento das tradições e da compreensão do património local. Os avós da jardinagem, que apoiam estes projectos, comprometem-se a trabalhar durante os três anos de duração de cada programa (Fischer & al., 2008).

### *Projecto Intergeracional de Tutoria – Inglaterra*

Como é referido no EAGLE Project (Fischer & al., 2008), para a realização deste projecto foram recrutados homens e mulheres com mais de 50 anos para que trabalhassem como mentores voluntários de jovens que estavam na transição do ensino primário para o secundário. Durante um ano, esses mentores ajudaram os seus “amigos” mais novos, ou discípulos, durante o período escolar. Este apoio pode ter ajudado essas crianças a participar de forma mais positiva na vida escolar, evitando situações de risco de exclusão.

### *Casa do Actor - Roménia*

A “Casa do Actor” recorre aos actores reformados para que interajam e ensinem crianças e jovens marginalizados e sem abrigo. Por um lado esses actores reformados não se isolam, evitando a exclusão social dos mesmos e por outro lado, essas crianças e jovens têm oportunidades e ganham auto confiança através destas interacções (Fischer & al., 2008).

### *Plantação em Grassmoor – Inglaterra*

É um projecto de plantação intergeracional comunitário, no qual jovens e idosos trabalham juntos no cultivo de frutos e vegetais. O objectivo é reduzir a criminalidade ao mesmo tempo que se proporciona a interacção entre gerações e a promoção da saúde e bem-estar, visto que as crianças levam os frutos e vegetais para as suas casas e escola promovendo uma alimentação saudável (Marreel, 2009).

### *Wildfriends – México*

A “Wildfriends” é uma organização constituída por jovens e idosos com o intuito de protegerem animais selvagens; juntos, eles lutam pelos direitos dos animais em vias de extinção. É um P.I. no âmbito da educação ambiental patrocinado pelo Centro de Vida Selvagem da Universidade do Novo México. Jovens e idosos lutam por uma causa ambiental, há um objectivo comum que une estes dois grupos proporcionando-se um programa interessante (Kaplan, 2001).

### *Informática na Terceira Idade - Brasil*

Projecto que tem como objectivo promover e valorizar as pessoas mais velhas e a sua integração com outras gerações a partir do domínio das novas tecnologias. O programa consiste num curso de informática para pessoas de 60 anos, ou com idade superior, e é dado por crianças com idades compreendidas entre os 10 e 16 anos, orientadas por um professor (tanto as crianças como o professor são voluntários). Cada idoso tem a orientação de uma criança, e irá partilhar com ela as suas dificuldades, doenças, necessidades, criando-se uma relação entre os dois (Pessoa, 2009).

### *Juventude com impacto - Suíça*

O projecto “Juventude com impacto” é um dos P.I.’s desenvolvidos na Suíça cuja participação da comunidade é essencial, visto que promove a adaptação dos jovens na população, incentivando o seu bem-estar e saúde, assim como a sua identificação com a própria comunidade local e ainda as relações entre gerações (Limacher, 2009).

### *Gent Gran, Gent Petita – Espanha*

Este projecto foi desenvolvido nas ilhas Baleares, em Espanha. É um projecto que pretende facilitar o conhecimento mútuo entre gerações, incentivando o diálogo, a valorização e o respeito entre crianças e idosos.

Foi desenvolvido em dois contextos: (1) colégio das crianças; (2) residência dos idosos. Numa primeira fase os idosos deslocam-se ao colégio, visitando a sala de actividades e dinamizando uma actividade previamente escolhida e planeada por eles. Na segunda fase as crianças visitam a residência dos idosos e participam na rotina diária dos idosos que os visitaram na primeira fase do projecto (Mesquida, 2008).

### *Trabalhamos juntos, aprendemos juntos - Espanha*

Um outro projecto designado “Trabalhamos juntos, aprendemos juntos” desenvolvido em Espanha juntou crianças da escola primária e idosos de um centro de dia (Albuerne & Juanco, 2002). Este projecto teve como cenários o centro de dia e a escola primária, decorrendo, no primeiro, três ateliês (manualidades, gastronomia e cozinha) e, no segundo, eram colocadas em prática as salas activas, nas quais os idosos exponham para as crianças vários temas (Albuerne & Juanco, 2002).

### *Vovóteca - Portugal*

Projecto realizado em Famalicão com o objectivo de criar espaços onde os idosos possam partilhar a sua sabedoria com os outros, recuperando-se tradições (jogos, canções, lengalengas, brinquedos). Foram realizados debates, reuniões, workshops, ateliês, espectáculos, exposições e tempos de encontro (esta última acção é dirigida aos técnicos e auxiliares envolvidos no projecto) fomentando sempre a partilha de saberes entre os idosos e as crianças (Marques & Pereira, 2009).

### *Projecto Viver – Portugal*

O “Projecto Viver” tem como objectivo principal a formação de animadores intergeracionais. É um projecto co-financiado pela iniciativa EQUAL<sup>1</sup> e que envolveu várias entidades criando uma rede de trabalho local.

O projecto intervém não só a nível da formação, mas também apoia empresas com intervenção na área social na organização e gestão dos projectos (Pinto et al., 2009).

Foi desenvolvido noutros países da Europa de 2001 a 2004, sendo considerado pela União Europeia como uma “Boa prática” (Afonso, Branco, Esgalhado, Simões e Pereira, 2010).

### *Projecto TIO – Portugal*

O projecto “Terceira Idade Online” decorre desde 1999, promovendo e divulgando iniciativas que estimulem a solidariedade social e a intergeracionalidade. É um projecto que funciona através de uma plataforma online, contendo toda a

---

<sup>1</sup> EQUAL – iniciativa comunitária que se destina a eliminar factores que incentivem as desigualdades e discriminações no acesso ao mercado de trabalho.

informação necessária e útil para e sobre as pessoas mais velhas (Afonso, Branco, esgalhado, Simões e Pereira, 2010).

## 2 - Benefícios dos Programas Intergeracionais

Na Primeira Assembleia para o Envelhecimento alertou-se para o envelhecimento da população. Pretendia-se agir de forma a garantir a segurança económica e social das pessoas mais velhas, mas também criar formas dessas pessoas contribuírem para o desenvolvimento dos países, reconhecendo-se que a qualidade de vida não é menos importante que a longevidade (Nações Unidas, 1982). No entanto, anos mais tarde, os representantes de vários países voltam a juntar-se na Segunda Assembleia para o Envelhecimento, onde se definiu que era urgente rever políticas para que estas garantam a igualdade intergeracional e o bem-estar das pessoas mais velhas sendo necessário promover a ideia de solidariedade entre gerações no sentido de se caminhar para uma sociedade para todas as idades (Pinazo & Kaplan, 2007 e Imsero, 2002).

Anos após a segunda Assembleia, continua a ser difícil encontrar políticas que levem ao conceito de sociedade para todas as idades, sendo defendido por vários autores, como Sánchez (2007), que os Programas Intergeracionais (P.I.'s) serão uma medida para esse fim. Os P.I.'s ganham interesse paralelamente às progressivas mudanças demográficas: rápido envelhecimento populacional, maior esperança média de vida e baixa taxa de natalidade, ou seja, uma população maioritariamente envelhecida (Pinazo & Kaplan, 2007) que necessita sentir-se útil na sociedade. Visto que os P.I.'s implicam a construção de vínculos entre pessoas de diferentes gerações (Ramello et al., 2009), estes programas assumem destaque no que diz respeito à criação de uma sociedade para todas as idades.

“Existe uma necessidade emergente de se promover a aprendizagem intergeracional na Europa como meio de alcançar a solidariedade intergeracional. Em 2007, a Comissão Europeia encorajou os estados membros a estabelecer uma solidariedade renovada entre as gerações, de modo a confrontar alterações demográficas na Europa. Os cidadãos europeus são a favor do desenvolvimento da aprendizagem internacional. Segundo o Eurobarómetro de 2008, 85% dos cidadãos da União Europeia consideram importante o uso de apoio financeiro na promoção de iniciativas e projectos que unam os jovens e os idosos.” (Pinto et al., 2009 pp.6)

Assim, grande número de programas intergeracionais estão, neste momento, a ser colocados em prática por todo o mundo, inicialmente para promover as interacções entre gerações diferentes. No entanto, com o seu desenvolvimento têm-se registado muitos mais benefícios do que era esperado, embora seja difícil distinguir se são os idosos, as crianças ou a própria comunidade os mais beneficiados (Pinazo & Kaplan,

2007). Ainda segundo os mesmos autores sabe-se que esses benefícios só se podem distinguir se for realizada uma avaliação dos mesmos, surgindo, aqui, a importância de avaliar um P.I., ideia que se irá desenvolver no capítulo seguinte.

Ao longo da vida, as pessoas têm oportunidade de se envolverem em experiências que trazem mais significado às suas vidas; neste sentido, os P.I.'s podem gerar mudanças na vida das pessoas implicadas e no meio que as rodeia – mudanças nelas próprias, nas organizações a que pertencem e até nas comunidades em que vivem – assim focar-se-á, de seguida, os benefícios mais visíveis que proporcionam os P.I.'s nos seus participantes – crianças, jovens e idosos – e, também, na sociedade, nas instituições e nos técnicos envolvidos (Pinazo & Kaplan, 2007).

Os P.I.'s são importantes como forma de intervenção social visto que conseguem ter repercussões não só nos seus participantes mas em todo o sistema social (Albuérne & Juanco, 2002).

Segundo Golf (2004) as actividades intergeracionais proporcionam aos seus participantes o desenvolver de qualidades como iniciativa, flexibilidade, abertura, empatia e criatividade e, também, promovem maior responsabilidade social e valorização da aprendizagem ao longo da vida.

MacCallum et al. (2006) referem que os benefícios podem ser considerados relacionais, comunitários ou individuais. Os benefícios relacionais são aqueles onde existe o desenvolvimento de relações com os outros, tornando-se essas relações em amizades com os outros participantes do programa (Pinazo & Kaplan, 2006). Os benefícios comunitários estão relacionados com a reintegração na vida comunitária, o que é dado ou melhorado na comunidade através da integração dos idosos na mesma (Pinazo & Kaplan, 2006). Os benefícios individuais são aqueles que são sentidos pelos próprios idosos e as crianças a título individual, ou seja que lhe trazem proveitos à saúde, auto estima, dignidade, desenvolvimento (Maroto, 2009).

## **Benefícios para os Intervenientes**

### **Idosos**

Perante uma sociedade que se encontra a envelhecer, tendo consequências no sistema social de todos os países, foi necessário reflectir sobre o papel atribuído aos

idosos na sociedade, surgindo o conceito de envelhecimento produtivo (Gonçalves et al., 2006).

O conceito de envelhecimento produtivo surgiu na década de 70 de forma a dar uma imagem positiva dos idosos, que, na altura, eram consideradas pessoas fracas, dependentes e não produtivas, ou seja um fardo para a sociedade (Pinazo & Kaplan, 2007). O envelhecimento produtivo consiste na existência de uma actividade significativa e satisfatória, na qual o idoso se encontra envolvido de forma estruturada e continuada, tendo um impacto positivo na sua vida e contribuindo com algo para a sociedade ou família, seja essa mesma actividade voluntária ou remunerada (Gonçalves et al., 2006). Esse conceito implica os Programas Intergeracionais, sendo estes um dos eixos de intervenção para atenuar a imagem negativa que existe sobre os idosos (Gonçalves et al., 2006).

A partir do momento que os idosos assumem papéis importantes na sociedade vão sentir os benefícios que as actividades realizadas lhes trazem a nível psicológico (saúde e bem estar), a nível de mudanças reais nas suas vidas, a nível de qualidade de vida global e a nível das interações e atitudes para com os outros (Pinazo & Kaplan, 2007).

MacCallum et al. (2006) enunciam benefícios, para os idosos, tais como: (1) as mudanças de humor e aumento da vitalidade; (2) maior capacidade para enfrentar doenças físicas e mentais; (3) aumento da auto estima e motivação; (4) mais oportunidades de aprender; (5) quebra do isolamento; (6) maior apreciação em relação às experiências adquiridas ao longo da vida; (7) melhor integração na família e na vida comunitária; (8) desencadeamento de amizades com jovens; (9) recepção de ajuda em actividades do dia-a-dia; (10) dedicação de tempo aos jovens; (11) melhor capacidade para combater sentimentos de isolamento; (12) maior partilha de experiências; (13) maior respeito e reconhecimento da sua contribuição para a sociedade; (14) aprendizagens sobre as pessoas mais jovens; (15) desenvolvimento de habilidades; (16) transmissão de tradições, cultura e linguagem; (17) fortalecimento frente às adversidades.

Na tabela 3 apresenta-se a síntese dos benefícios dos Programas Intergeracionais para os idosos.

**Tabela 3- Síntese dos benefícios dos P.I.'s para os idosos**

Benefícios dos Programas Intergeracionais para os idosos
Reintegração na vida comunitária e familiar;
Interacção e amizades com jovens;
Sentimento de ser útil para a sociedade;
Mudanças de humor;
Aumento da vitalidade;
Melhor capacidade para enfrentar doenças;
Maior bem-estar e saúde;
Aumento da auto estima e motivação;
Oportunidades de aprender;
Valorização das experiências e saberes adquiridos ao longo da vida;
Combater sentimentos de isolamento;
Desenvolvimento de habilidades.

Fonte: Elaborado a partir de MacCallum et al. (2006); Pinazo e Kaplan (2007); Maroto (2009).

A inclusão e valorização da pessoa idosa na sociedade, ou seja, o sentimento de se pertencer a uma sociedade e de ser útil, levam a uma minimização das perdas do processo do envelhecimento (Hatton Yeo & Ohsako, 2001).

Uma das estratégias para saber quais os benefícios de um P.I. para os idosos é conversar com eles tentando saber o que eles pensam de si próprios e qual a sua disposição em relação à outra geração implicada (Albuerne & Juanco, 2002), como no programa “Trabalhamos juntos, aprendemos juntos” em que os idosos foram questionados e 85% julgam-se capazes de ensinar as crianças, enquanto 94,5% acham que ainda estão em condições para aprender com as crianças (Albuerne & Juanco, 2002). Ainda, segundo os mesmos autores, neste programa os idosos não só revelam muita receptividade e estima em trabalhar com crianças, podendo ensinar-lhes e aprender com elas, como também manifestam, 74,5%, vontade de realizar actividades em conjunto.

Perante o que foi dito anteriormente e tendo em conta Delgado e Martinez (2006), o impacto dos P.I.'s nas pessoas idosas dá-se em duas vertentes principais: a nível psicológico e a nível social, melhorando muito a qualidade de vida destas pessoas.

## Crianças/Jovens

As crianças e os jovens também encontram benefícios na interação intergeracional, ganhando conhecimentos com os idosos, aumentando a sua consideração por eles e, a partir do momento que há uma relação entre pessoas de duas faixas etárias diferentes, há uma troca de saberes, apoio e amizade (Pinazo & Kaplan, 2006). Num estudo realizado por Osborne e Bullock (2000), os participantes mais novos afirmaram ter aprendido muito acerca deles próprios e também das necessidades das pessoas mais velhas.

Pinazo e Kaplan (2006) assim como VanderVen (2004) defendem que, no decorrer de um Programa Intergeracional, os participantes desenvolvem qualidades que levam à resiliência nos jovens, ou seja, a capacidade de um indivíduo adaptar-se de maneira positiva perante situações adversas, mantendo o seu desenvolvimento normal.

No documento elaborado pela Unesco (Hatton-Yeo & Ohsako, 2001) são apontados como benefícios de um P.I. para as gerações mais novas: a promoção da troca afectiva entre as gerações; o fortalecimento dos vínculos intergeracionais através da interação; o aumento do interesse pela aprendizagem, pelo saber e pelo conhecimento, através do convívio informal com os idosos; a melhoria do relacionamento com os mais velhos; um melhor entendimento sobre o envelhecer e as suas necessidades, através do estímulo para ajudar os mais velhos.

MacCallum et al. (2006) acrescenta outros benefícios, tais como: (1) o aumento da auto estima e confiança em si mesmo; (2) menos solidão e isolamento; (3) ter acesso ao apoio de adultos em momentos de dificuldades; (4) aumento do sentimento de responsabilidade social; (5) percepção mais positiva dos idosos; (6) aquisição de habilidades práticas; (7) melhores resultados escolares; (8) menor implicação em situações de violência e uso de drogas que resulta numa vida mais saudável.

**Tabela 4 - Síntese dos benefícios dos P.I.'s para as crianças e jovens**

Benefícios dos Programas Intergeracionais para as crianças e jovens
Aquisição de conhecimentos sobre a velhice;
Aumento da capacidade de se adaptarem de forma positiva em situações adversas;
Trocas afectivas entre gerações;
Aumento do interesse em aprender;
Aumento da auto estima e confiança em si mesmo;

---

Acesso a apoio de adultos em momentos difíceis;

---

Melhores resultados escolares;

---

Menor implicação em situações de violência e uso de drogas;

---

Estilo de vida mais saudável.

---

Fonte: Elaborado a partir de Pinazo e Kaplan (2007); Osborne e Bullock (2000); VanderVen (2004); Hatton-Yeo e Ohsako (2001); MacCallum & al. (2006).

Pinazo e Kaplan (2007) referem que os benefícios que advêm de um P.I. são diferentes consoante o tipo de programa que é desenvolvido. Os mesmos autores afirmam que os resultados em crianças e jovens são, principalmente, ao nível da saúde, de melhores resultados escolares e redução de comportamentos de risco.

MacCallum et al. (2006) referem benefícios a diferentes níveis, como o desenvolvimento de capacidades, mais-valias relacionais e benefícios comunitários. Segundo Pinazo e Kaplan (2007) e MacCallum et al. (2006) os benefícios focam, principalmente, seis grandes áreas: saúde, comportamental/emocional, resultados escolares, relacional, social e comunitários.

Vários programas são desenvolvidos associando os idosos à escola e à comunidade, como nos refere Lima (2004) este tipo de programas são um recurso essencial para as duas entidades em questão (escola e comunidade), o papel do idoso pode assumir importância para as crianças e jovens a vários níveis, como mentor, tutor, prestador de cuidados, amigo, companheiro ou mesmo educador. No entanto, em qualquer um deles, o idoso assume um papel que serve como modelo positivo, criando uma relação em que se distinguem laços de compromisso e ajuda mútua (MacCallum et al., 2006).

Newman (1997a) descreve os P.I.'s como uma alternativa importante para incentivar a uma percepção positiva do envelhecimento nas crianças e jovens. Também Pinazo e Kaplan (2007) defendem que os P.I.'s são ótimos a ajudar a quebrar estereótipos relacionados com a velhice, pois há crianças que não têm contacto com pessoas mais velhas, não vendo o envelhecimento como uma etapa normal da vida, criando-se preconceitos e estereótipos. Com os P.I.'s, as crianças e jovens têm contacto com os idosos sendo-lhes transmitida uma imagem do envelhecimento como o desenvolvimento de uma vida activa e madura, vendo as pessoas mais velhas como alguém que participa activamente na sociedade (Pinazo & Kaplan, 2007).

## **Benefícios para a Sociedade**

Embora grande parte dos P.I.'s vise benefícios para os envolvidos, há também aqueles em que se pretende mais do que isso, como melhorias para a comunidade (Pinazo & Kaplan, 2007).

MacCallum et al. (2006) apontam alguns benefícios para a comunidade entre eles: (1) reconstrução de redes sociais; (2) desenvolvimento do sentimento de comunidade; (3) construção de uma sociedade mais inclusiva; (4) quebra de estereótipos e barreiras; (5) maior coesão social; (6) incentivo ao voluntariado realizando serviços comunitários; (7) criação de histórias em comum; (8) maior preocupação com o meio ambiente; (9) construção, manutenção e reformulação de estruturas públicas; (10) maior coesão social.

A interação entre jovens/crianças e idosos fortalece a comunidade através dessas relações, podem reconstruir-se redes sociais aumentando as potencialidades da comunidade caminhar no sentido de criar uma sociedade inclusiva para todas as idades e tornando-nos melhores como indivíduos, famílias, comunidades e sociedades (Grandville & Hatton-Yeo, 2002).

Kaplan (1997a), a propósito do que foi dito anteriormente, reforça que através dos P.I.'s podem criar-se oportunidades de serviço comunitário nos quais gerações diferentes trabalham juntas, tendo em vista melhorar vários aspectos da comunidade onde se inserem.

Através dos P.I.'s, as pessoas tornam-se mais responsáveis sobre o seu bairro e as pessoas que as rodeiam, contribuindo para a construção de uma comunidade intergeracional (Pinazo & Kaplan, 2007). Essa crescente responsabilidade fomenta, também, a solidariedade e a cidadania dentro da própria comunidade, havendo uma maior responsabilidade de cada um sobre o todo (Sanchez et al., 2007).

Martinez e Hernandis (2009) reforçam a importância dos programas no âmbito comunitário, visto que estes estão a ganhar força em Espanha ultrapassando os contextos familiares e sendo cada vez mais práticas que não só unem gerações diferentes mas que através de novas maneiras de viver e de forma criativa tentam diminuir problemas sociais.

Dentro dos problemas sociais que os P.I.'s tentam diminuir encontram-se a integração social dos emigrantes, ou seja, a não discriminação deste grupo de pessoas

Também se afirma que os Programas Intergeracionais contribuem para a preservação e valorização das tradições culturais (MacCallum et al., 2006), podendo os idosos transmitir tradições através de várias actividades baseadas na sua experiência de vida (Hatton-Yeo & Ohsako, 2001).

Kaplan (2001) refere que os benefícios para a sociedade nem sempre são claros, pois depende do tipo de programa que é desenvolvido. Num Programa Intergeracional em que crianças de uma escola dão apoio aos idosos nas suas casas, terá benefícios para a comunidade no sentido que estes idosos irão mais tarde para uma instituição, logo continuarão a fazer parte daquela comunidade, havendo impacto ao nível financeiro e social.

A tabela 5 refere-se à síntese dos benefícios dos Programas Intergeracionais para a sociedade.

**Tabela 5 - Síntese dos benefícios dos P.I.'s para a sociedade**

Benefícios dos Programas Intergeracionais para a sociedade
Reconstrução de redes sociais;
Desenvolvimento do sentimento de comunidade;
Preservação e valorização das tradições;
Menor discriminação social;
Aumento da solidariedade e cidadania;
Construção, manutenção e reformulação de estruturas públicas;
Maior preocupação e dedicação com o meio ambiente;
Incentivo ao voluntariado;
Maior aceitação das diferenças;
Maior coesão social;
Construção de uma sociedade mais inclusiva.

Fonte: Elaborado a partir de Kaplan (2001); Hatton-Yeo e Ohsako (2001); MacCallum & al. (2006); Martinez e Hernandis (2009); Sanchez & al. (2007); Grandville e Hatton-Yeo (2002); Pinazo e Kaplan (2007).

A nível da integração social de grupos desfavorecidos, os Programas Intergeracionais podem igualmente trazer benefícios, visto que há muitos programas que têm como base a diversidade cultural (Pinazo & Kaplan, 2007). Existe um projecto britânico, Magic Me, que desenvolve vários programas com actividades próprias para

estimular os grupos etários envolvidos. Esses projectos têm impacto na sociedade, na medida em que são realizados numa perspectiva multicultural, além de intergeracional.

Pinto, Hatton-Yeo e Marreel (2009) mencionam um programa em que os jovens apresentam projectos realistas à comunidade, essas ideias favorecem o desenvolvimento da comunidade e, através dessa apresentação, esses jovens têm acesso aos conhecimentos necessários para pôr as suas ideias em prática.

A colaboração e relação entre gerações vão permitir uma participação mais activa na comunidade, na qual a opinião dos idosos e crianças será tida em conta e, estes poderão sugerir mudanças e melhorias na sociedade em que se inserem (Kaplan, 2001).

Como exemplo pode mencionar-se Pinazo e Kaplan (2007) que falam de um projecto que foi colocado em prática nos Países Baixos que tinha como objectivo promover melhores relações entre os novos residentes emigrantes e os antigos residentes alemães, ajudando na aceitação de culturas diferentes para uma melhor integração na comunidade.

### **Benefícios para as Instituições**

As Instituições também podem ter importantes benefícios com os Programas Intergeracionais, visto que estes podem trazer várias melhorias, não só na qualidade dos serviços, como também nos serviços oferecidos (Albuerne & Juanco, 2002; Kaplan, 1997). Hatton-Yeo e Ohsako (2001) referem que através dos P.I.'s, as Instituições podem aumentar o número de serviços que prestam, atendendo a um maior número de necessidades dentro da comunidade em que se insere.

Kuehne (1999) refere a criação de parcerias, como uma mais-valia para as Instituições. Segundo o autor há um fortalecimento dos serviços quando as Instituições colaboram entre si.

Com a prática de P.I.'s, as Instituições contam com um maior número de recursos humanos, visto que se envolvem crianças e idosos como voluntários (MacCallum et al., 2006). Ainda os mesmos autores defendem que há um aumento nos recursos financeiros, sendo mais fácil os financiadores locais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia e empresas do sector privado) apoiarem projectos que envolvam crianças e idosos (apresentando melhorias para a comunidade).

**Tabela 6 - Síntese dos benefícios dos P.I.'s para as Instituições**

Benefícios dos Programas Intergeracionais para as Instituições
Maior qualidade nos serviços;
Maior oferta de serviços;
Aumento dos recursos humanos através do voluntariado de crianças e idosos;
Aumento dos recursos económicos;
Técnicos com melhor formação;

Fonte: Elaborado a partir de Kaplan (1997); Hatton-Yeo e Ohsako (2001); MacCallum & al. (2006); Albuérne e Juanco (2002); Sáez (2007); Kuehne (1999).

Dependendo do tipo de Instituição e do Programa Intergeracional desenvolvido, os benefícios podem ser outros, como uma maior preocupação com o ambiente, utentes ou clientes mais satisfeitos, maior projecção para a comunidade, poupança em recursos (Kaplan, 2001).

### **3 – Construção de Programas Intergeracionais como estratégia de intervenção educativa**

Nos últimos anos, os Programas Intergeracionais (P.I.'s) ganharam muita importância por todos os países, juntando crianças/jovens e idosos em actividades e projectos, com o objectivo de interagir, estimular, educar, apoiar e cuidar do outro (Newman & Sanchez, 2007). Estes programas são desenvolvidos em vários contextos, no entanto, aqui importa salientar o contexto educativo, ou seja, aqueles cujo objectivo principal é promover e reforçar o currículo escolar contribuindo para a aprendizagem e crescimento pessoal dos alunos, ao mesmo tempo que os idosos participam activamente na comunidade (Kaplan, 2001).

A emergência de dar resposta educativa às questões sociais relacionadas com o envelhecimento e a necessidade de promoção de dinâmicas de aproximação intergeracional leva à procura de estratégias e soluções para saber como actuar no contexto educativo (Palmeirão, 2008).

Os Programas Intergeracionais associados ao contexto educativo têm como ponto de partida uma acção que reconhece a existência de recursos e formas educativas exteriores à escola (Gómes et al., 2007). Sendo uma educação que caminha no sentido da educação para todos, levando ao conceito de uma sociedade para todos, na qual se estabelece um compromisso com os outros e consigo mesmo (Carvalho & Baptista, 2004).

O facto da criança se encontrar em crescimento, numa fase de aquisição de competências e de construção da sua personalidade, o contacto e interacção com o idoso poderá ser uma mais-valia no sentido de enriquecer e incrementar o processo de construção e desenvolvimento da criança (Silveira, 2002).

Surge necessidade de fundamentar o valor pedagógico das práticas intergeracionais (Marquês, 2009) para que, através dessas, se possam oferecer uma gama de serviços e oportunidades, tanto para as crianças, como para os idosos de uma sociedade que está em mudança (Henkin, 2007).

Segundo Kaplan (2001), para fundamentar o valor dos P.I.'s no contexto educativo, é necessário ter em conta: (1) as ligações com as diversas áreas curriculares, (2) em que sentido se prestam os serviços, (3) a intensidade das relações estabelecidas entre gerações.

Por sua vez Poggi (2001) refere que a escola deve surgir como uma Instituição que é um objecto de análise assim como de intervenção, que pode desenvolver propostas inovadoras onde a aprendizagem tem sempre o seu lugar.

O valor pedagógico das práticas intergeracionais deve ser visto, não só numa perspectiva de resolução de problemas, mas também de incentivo a situações novas que levam a diferentes aprendizagens (Palmeirão, 2007).

## **Princípios orientadores para a construção de P.I.'s**

Os idosos podem ser um recurso humano valioso no contexto educativo podendo realizar-se actividades em várias áreas do currículo (Albuérne & Juanco, 2002), consoante os interesses dos idosos voluntários (Kaplan, 2001). Assim, os técnicos devem construir projectos de acordo com as necessidades existentes na comunidade em que a escola se insere e, também, tendo em conta o ambiente escolar (Lima, 2007).

Devem desenvolver-se projectos que valorizem: (1) a solidariedade e cooperação (Silveira, 2002); (2) os laços afectivos entre gerações (Marangoni, 2007); (3) um novo olhar sobre o envelhecimento; (4) a aquisição de novas aptidões (Lima, 2007); (5) as relações interpessoais entre diferentes gerações (MacCallum et al., 2006). A estratégia educativa passa por desenvolver competências relacionais, onde o afecto seja a essência da participação (Palmeirão, 2007).

Os técnicos devem traçar um projecto educativo tendo em conta as relações e valores e, não só, os conteúdos curriculares usuais (Sáez, 2007) como a Matemática, a História, as Línguas Estrangeiras, entre outras tantas áreas que são discriminadas nos projectos educativos (Kaplan, 2001).

Os idosos são chamados à escola no sentido de enriquecer o currículo melhorando a aprendizagem do aluno (Friedman, 1999), ajudando a promover programas de lazer, aulas de arte, aulas de música, aulas de apoio, prevenção de drogas e sensibilização ambiental (Kaplan, 2001). Há, também, programas no contexto escolar com sentido contrário, ou seja, onde as crianças exercem a função de formadores, como no caso da informática, em que as crianças ensinam as novas tecnologias aos idosos (Veelken, 2001).

Delors (1996) refere a importância de unir o conhecimento formal e não formal, levando a que o desenvolvimento pleno das pessoas passe por todos nós e pela forma como sabemos criar oportunidades de interacção intergeracional. Como exemplo, na Suécia foi desenvolvido um projecto designado “O avô na escola”, este foi apoiado pelo Governo e por várias iniciativas privadas, valorizando-se o contacto diário entre crianças e idosos, assim como as aprendizagens formais e não formais adquiridas nesses encontros (Bostrum, 2001).

Outra questão a ter em conta no desenvolvimento de P.I.'s nas escolas, são as mais-valias retiradas do contacto entre idoso e criança (Kaplan, 2001). Nos P.I.'s, há cada vez mais cuidado em rotular um dos grupos como “prestadores de serviços”, pois vários autores defendem que, embora um dos grupos etários possa exercer mais influência sobre o outro, há sempre proveitos mútuos (Hatton-Yeo & Ohsako, 2001).

**Tabela 7 - Lista síntese de princípios orientadores para a construção de P.I.'s no contexto escolar**

Princípios orientadores para a construção de P.I.'s no contexto escolar	
Necessidades do meio envolvente;	Lima, 2007
Necessidades da comunidade escolar;	Lima, 2007
Áreas curriculares;	Albuerne e Juanco, 2002
Áreas de interesse dos idosos participantes;	Kaplan, 2001
Incentivo da solidariedade e cooperação;	Silveira, 2002
Reforço dos laços afectivos entre gerações;	Marangoni, 2007
Enriquecimento do currículo;	Friedman, 1999
Promover áreas de lazer;	Kaplan, 2001
Conceito de coesão social.	Council of Europe, 2008

É necessário que os espaços e as formas de educação, sejam revistos de forma a construir um sistema de ensino que se baseie no conceito de coesão social (Council of Europe, 2008). Para tal, os técnicos devem procurar a pedagogia social que facilite e

promove a inclusão social, a cooperação e a solidariedade, como um dos ramos da educação (Palmeirão, 2008).

## **Etapas de construção de um Programa Intergeracional**

Apesar de existirem várias orientações e recursos para a implementação de práticas intergeracionais, não há um modelo concreto que sirva para todas as comunidades e necessidades levando ao desenvolvimento de um P.I. com sucesso (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel, 2009). Cabe aos profissionais planejar e avaliar tendo em consideração: (1) o contexto em que o P.I. se vai desenvolver; (2) as pessoas que vão estar implicadas; (3) os recursos disponíveis (Sánchez et al., 2007).

Carreras e Murcia (2007) defendem a importância de planificar correctamente um P.I., referindo que este deve ser desenhado com rigor, seriedade e credibilidade atendendo a critérios específicos.

De acordo com várias fontes definiram-se etapas que o profissional deve ter em conta para a construção de um Programa Intergeracional, como podemos ver na tabela 8.

**Tabela 8 - Etapas para a construção de um Programa Intergeracional**

(1) Diagnosticar globalmente as necessidades
(2) Analisar profundamente o problema
(3) Definir objectivos
(4) Descrever e analisar estratégias de intervenção
(5) Planear actividades
(6) Avaliar o programa

### **Diagnosticar globalmente as necessidades**

Tendo em conta Pinto, Hatton-Yeo e Marreel (2009) antes de se dar início a um P.I. deve-se reflectir sobre as necessidades reais existentes de acordo com o tipo de programa que se pretende desenvolver.

Há aspectos teóricos a relacionar com o contexto onde se irá realizar o P.I. (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel, 2009).

É importante reflectir sobre a intencionalidade do programa, visto que este pretende satisfazer as necessidades da sociedade actuando de acordo com a realidade, os recursos, as pessoas e as organizações (Sánchez, 2007).

### **Analisar profundamente o problema**

Segundo MacCallum et al. (2006) após a realização do diagnóstico de necessidades é preciso adaptar o programa à diversidade do contexto onde ele será desenvolvido.

Um P.I. surge da necessidade de dar resposta a uma lacuna social numa comunidade/instituição, logo deverá ter-se em conta o problema principal que se pretende solucionar (Hatton-Yeo & Ohsako, 2001). Os mesmos autores referem a importância dos problemas sociais de cada país exigirem respostas diferentes no que diz respeito à aplicação dos P.I.'s, cada realidade é única levando a intervenções diferentes.

### **Definir objectivos**

Os técnicos devem orientar o programa de acordo com os objectivos que foram definidos inicialmente (Hatton-Yeo & Ohsako, 2001). Os objectivos são essenciais para se saber aquilo que se pretende com a realização do P.I. (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel, 2009).

### **Descrever e analisar estratégias de intervenção**

Como já foi referido, há elementos importantes para que os P.I.'s cumpram os seus objectivos, estes são usados como estratégias de intervenção pelo gestor do programa (Newman & Sánchez, 2007).

A maneira como o técnico faz a gestão e dinamização dos recursos vai influenciar a o sucesso do P.I. (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel, 2009). Esses recursos vão de encontro à existência de financiamentos, pessoal técnico, formas de divulgação e formação complementar (Sáez, 2007). As estratégias de intervenção são a forma como o técnico vai organizar esses recursos de modo a tirar o máximo proveito para o programa, promovendo o seu sucesso e duração (MacCallum et al., 2006).

### **Planear actividades**

A planificação ou desenho das actividades consiste em determinar as fases de desenvolvimento do programa assim como aquilo que será desenvolvido em cada uma delas (MacCallum et al., 2006).

### **Avaliar o programa**

A avaliação faz parte de um método organizado assumindo importância não só no final do programa mas durante o seu desenvolvimento (Mínguez, 2005). Desde o início do programa deve ser planeada a avaliação definindo-se as estratégias e os instrumentos a seguir (Sánchez & Diaz, 2007).

Newman e Larkin (2006) referem que a avaliação é necessária para a compreensão da eficácia do programa, devendo ser realizada durante a fase de planificação e desenvolvimento promovendo o sucesso do P.I. a curto e longo prazo.

### **Perfil dos técnicos**

Os técnicos que planificam, desenvolvem, acompanham e avaliam os Programas Intergeracionais são de diversas áreas profissionais (Sáez, 2007), tendo em conta os princípios, conteúdos e objectivos do programa que se vai desenvolver (Afonso, 2009).

A urgência de se definir um perfil para o técnico que gere os programas intergeracionais, levou alguns autores a debruçarem-se sobre esse tema, tendo como ponto de partida questões como: (1) quais as características de um gestor de um P.I.?; (2) quais as suas funções e competências?; (3) quais as funções e características comuns com outras profissões sociais? (Imsero, 2009).

Um profissional intergeracional tem de saber diagnosticar, intervir, supervisionar, avaliar e controlar com sucesso os problemas de crianças, jovens, adultos e idosos (Sáez, 2007).

Apesar de não existir a categoria de profissional de programas intergeracionais (Sáez, Diaz, Pinazo & Sánchez, 2009), Rosebrook e Larkin (2003) defendem a existência de um profissional concreto para o desenvolvimento de P.I.'s. Deste modo, as autoras referem seis aspectos fundamentais a ter esse profissional: (1) conhecimentos sobre o desenvolvimento humano; (2) comunicação assertiva; (3) compromisso, ética e espírito de trabalho em equipa; (4) conhecimentos em diferentes áreas; (5) domínio de técnicas de avaliação; (6) reflexão, compreensão e sentido crítico.

**Tabela 9 - Características dos gestores dos Programas Intergeracionais**

Competências pessoais e sociais;
Profissional da área social;
Capacidade de trabalhar as relações;
Capacidade para gerir recursos materiais;
Capacidade para gerir grupos;
Conhecimento das características dos grupos participantes;
Conhecimento do contexto;
Conhecimentos teóricos de várias áreas;
Saber planificar e avaliar um programa;
Boa capacidade de comunicação;
Motiva à participação;

Fonte: Elaborado a partir de Sáez (2007); Rosebrook e Larkin (2003); Sáez, Díaz, Pinazo e Sánchez (2009).

Como nos indica a tabela 9, um gestor de um P.I. deve possuir competências sociais e pessoais para o desenvolvimento das suas tarefas, ou seja, deve ter características que facilitem o contacto e interacção com outras pessoas (Sáez, 2007).

A intencionalidade do profissional estar ligado à área social (educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, professores, educadores de infância) prende-se com o facto destes já possuem algumas competências para desenvolver P.I.'s, visto a área base ser a mesma (Sáez, Díaz, Pinazo & Sánchez, 2009).

Entrando no campo da gestão, o técnico que possui capacidade de trabalhar as relações é capaz de gerir e incentivar o desenvolvimento de relações e interacções entre diferentes gerações (Newman & Sánchez, 2007). Ainda referente à gestão, um técnico deve conseguir gerir não só os participantes e as relações que se estabelecem entre eles, mas também os recursos materiais, económicos, os técnicos e o tempo (Sáez, 2007).

Rosebrook e Larkin (2003) referem a importância do conhecimento sobre o desenvolvimento humano ao longo da vida, para que seja possível identificarem as necessidades e problemas dos participantes, assim como saber o que é mais adequado e estimulante para os grupos envolvidos. As mesmas autoras mencionam ainda a importância do técnico possuir conhecimentos (necessidades, infra-estruturas, características da população) em relação ao contexto onde o P.I. se vai realizar, assim como o domínio de várias áreas teóricas relevantes (história, artes, psicologia, entre outras), enriquecendo o programa.

Segundo Sáez, Díaz, Pinazo e Sánchez (2009) o técnico deve ser uma pessoa reflexiva e dinâmica, com boa capacidade de comunicação, pois precisa constantemente de contactar e lidar com pessoas, e que motive os grupos a participarem, tendo estratégias para dinamizar os participantes.

Sáez (2007) menciona a dificuldade de encontrar técnicos que estejam preparados para desenvolver um programa, referindo ser importante a formação específica para esta área, que está a ganhar espaço no campo social. As autoras Anca e Barcia (2006) referem o educador/a social como sendo o profissional que tem um perfil

mais adequado para a planificação, coordenação e execução de P.I.'s, devido à sua formação base e à sua capacidade profissional.

## **Avaliação dos Programas Intergeracionais**

A avaliação tem sido apontada por vários autores como o ponto fraco dos Programas Intergeracionais, visto ter sido realizada muito superficialmente ou então sendo inexistente (Imsero, 2008). Assim, é necessário prestar atenção a esta etapa dos P.I.'s pois é através de uma avaliação de qualidade que vamos saber o impacto destes programas (Martinez, 2007). Pinazo e Kaplan (2007) apontam algumas razões possíveis para que a avaliação não se processe adequadamente em todos os programas: (1) o número de participantes, inicialmente, pode ser reduzido sendo difícil avaliar quantitativamente; (2) a maior parte dos resultados são dados através de dados descritivos, o que limita a parte estatística; (3) a informação obtida pelos avaliadores, nem sempre é sistemática e é baseada em testemunhos dos participantes, podendo estes não serem claros e as suas opiniões não serem fundamentadas.

A intencionalidade da avaliação prende-se à necessidade de obter informações de sucesso e fracasso do programa, de modo a alterar aquilo onde não se estão a obter os resultados pretendidos, e a reforçar as acções que trazem mais benefícios aos participantes (Bocian & Newman, 1989). No entanto, Bernard e Ellis (2004) aprofundam a questão da intencionalidade da avaliação, dando algumas razões para que os P.I.'s sejam avaliados: (1) explicar como se desenvolve o trabalho e como vão sendo alterados os seus objectivos; (2) ajudar a descobrir falhas; (3) demonstrar aos financiadores que os programas têm impacto; (4) motivar os voluntários que participam, mostrando que o seu trabalho vale a pena; (5) mostrar a eficácia e eficiência do trabalho realizado; (6) mostrar que se atingiram os objectivos estabelecidos inicialmente; (7) divulgar os bons resultados à comunidade; (8) assegurar o financiamento, ao mostrar compromisso e uso eficaz dos recursos

A avaliação de um programa é constituída por um conjunto de competências e acções que determinam se, o programa desenvolvido satisfaz as necessidades dos intervenientes, alcançando os objectivos propostos inicialmente (Imsero, 2009).

Cada programa deve ter o seu próprio plano de avaliação (Jarrot, 2005) tendo em conta a intencionalidade e o tipo de programa desenvolvido podendo seguir algumas linhas orientadoras temporais (avaliação inicial, contínua e final), técnicas, ferramentas e registos de actividades (desenhos, vídeos, fotografias) (Imsero, 2008). Cada situação de avaliação também implica o contexto em que o programa é desenvolvido, os recursos disponíveis, as pessoas envolvidas, as necessidades da comunidade e/ou instituição (Bernard & Ellis, 2007).

Em relação às técnicas e ferramentas que podem ser utilizadas para avaliar, Wolf (1999) destaca: (1) questionários; (2) questionários semi estruturados; (3) entrevistas individuais e de grupo; (4) grupos de discussão; (5) gravações de áudio e vídeo; (6) diários de bordo e apontamentos; (7) desenhos, cartas e diagramas; (8) técnicas participativas; (9) conjuntos de dados estatísticos; (10) observação de reuniões e de actividades.

Jarrot (2005) e Pinazo e Kaplan (2007) mencionam técnicas qualitativas e quantitativas, nas quais se englobam as referidas no parágrafo anterior, considerando, uma mais-valia, o uso de múltiplos métodos de avaliação para que esta seja feita de forma mais intensa e precisa.

Bernard e Ellis (2007) sugerem ser necessário que a avaliação seja realizada através de um processo contínuo, tendo em conta as seguintes fases: (1) identificar os antecedentes e o contexto; (2) estabelecer as linhas gerais e os objectivos específicos da avaliação; (3) analisar o que podemos fazer para atingir esses objectivos; (4) estabelecer sistemas que nos indiquem que esses objectivos estão a ser alcançados; (5) explorar os resultados.

Bocian e Newman (1989) referem a avaliação como um processo cíclico e contínuo, que implica uma verificação regular do funcionamento do programa, podendo alterar-se o projecto caso não esteja a atingir o pretendido. Por outro lado, a avaliação é utilizada no final do programa, como retrospectiva do seu desenvolvimento, servindo para orientar projectos futuros (Newman & Sánchez, 2007).

Owen (2006) apresenta cinco formas de avaliar um programa, consoante aquilo que se pretende saber sobre o mesmo: (1) avaliação proactiva, na qual se vai determinar se o programa é necessário e que tipo de programa se vai desenvolver; (2) avaliação clarificativa, onde se pretende definir os objectivos do programa; (3) avaliação interactiva, realizada com aqueles que participam no programa; (4) avaliação de

acompanhamento, ou seja, a avaliação deve ser contínua de modo a serem feitos os ajustes necessários para o sucesso do P.I.; (5) avaliação do impacto, na qual se verificam os objectivos que foram atingidos e as falhas que decorreram.

Segundo Martinez e Conde (2007), há vários indicadores necessários para avaliar um programa, como podemos ver na tabela 10.

**Tabela 10 - Aspectos necessários para avaliar um Programa Intergeracional**

Analisar se o P.I. é necessário;
Levar a cabo um processo;
Estabelecer critérios;
Fazer um seguimento de custos do programa;
Construir um modelo lógico do programa;
Arranjar indicadores;
Dedicar-se a uma tarefa explícita;
Reflectir sobre os interesses implícitos ao programa;
Sintetizar e integrar evidências;
Confirmar os benefícios reais que o programa teve para os participantes;
Construir normas;
Criação de indicadores.

Fonte: Martinez e Conde, 2007 pp. 25

Os indicadores da tabela 10 estão relacionados com as cinco fases de avaliação defendidas por Owen (2006), e Jarrot (2005) acrescenta que, também, convém reflectir sobre os recursos que vão ser necessários para a avaliação, incluindo se os recursos humanos serão avaliadores internos, externos ou ambos. Em relação a quem deve fazer a avaliação, Bernard e Ellis (2007) referem que há benefícios e inconvenientes numa avaliação realizada por alguém interno ao programa ou externo, pois um avaliador interno pode não conseguir distanciar-se o suficiente para avaliar, enquanto para um avaliador externo é mais fácil distanciar-se, oferecendo uma visão mais justa. Os mesmos autores defendem que um avaliador interno poderá ter mais interesse em que a avaliação seja feita de forma correcta, ajudando sempre a perceber melhor as capacidades da Instituição. Assim, Owen (2006), Jarrot (2005) e Bernard e Ellis (2007)

mencionam que o avaliador deve ser muito claro e honesto, utilizando métodos diferentes, seja ele interno ou externo.

Segundo Woolf (1999), a avaliação passa por várias etapas e, a cada etapa, estão subjacentes passos que o avaliador deve ter em conta. Na tabela 11 podemos observar essas etapas e os passos correspondentes.

**Tabela 11 - Etapas para a avaliação de um Programa Intergeracional**

Etapas	Passos de cada etapa				
1ª Planificação	Identificar quem é responsável pela avaliação;	Identificar os objectivos gerais e específicos da investigação;	Definir procedimentos de supervisão e avaliação;	Determinar custos da avaliação;	Definir o formato da informação final;
2ª Recolha de provas	Identificar a sequência temporal;	Definir os métodos a utilizar para o tratamento dos dados recolhidos;	Definir como utilizar esses dados;		
3ª Reunir e interpretar	Verificar se as evidências foram bem interpretadas;	Verificar se há resultados inesperados;	Relacionar os resultados com os objectivos definidos;	Colocar os resultados numa estrutura previamente definida;	
4ª Informar sobre os resultados	Apresentar os resultados;				
5ª Reflectir e avançar	Reflectir sobre os resultados apresentados;	Identificar oportunidades para uma reflexão formativa;	Aproveitar os resultados para projectos futuros.		

Fonte: Woolf, (1999)

# Parte Prática

## **4 - Proposta de programa intergeracional**

Perante as actuais mudanças na sociedade e na demografia da população portuguesa surge a necessidade de criar novas formas de intervenção social. Os programas intergeracionais dão resposta a alguns desafios resultantes das mudanças/desafios relacionados com o envelhecimento da população. Em Portugal, as publicações científicas relacionadas com os Programas Intergeracionais parecem ser escassas, sendo esta uma área com elevado potencial que necessita ser investigada (Afonso, Branco, Esgalhado, Simões & Pereira, 2010).

Neste capítulo é apresentada a proposta de um Programa Intergeracional designado “Juntos, jardinando... passo a passo!”. São apresentadas as etapas de planificação de um programa cujo principal objectivo é incentivar as relações e interacções entre idosos e crianças.

O programa a seguir apresentado foi desenvolvido para aplicação num contexto rural do interior do país. No entanto, é uma planificação que pode ser adaptada de forma a ser implementada num contexto diferente uma vez que a primeira fase do programa prevê a realização de um levantamento de necessidades da comunidade e uma adaptação às mesmas.

Apresentação do projecto segue as fases propostas por Sánchez et al. (2007), Pinto, Hatton-Yeo e Marreel (2009) e Carreras (2007): (1) diagnosticar globalmente as necessidades; (2) analisar aprofundadamente o problema; (3) definir objectivos; (4) descrever e analisar estratégias de intervenção; (5) planear actividades e (6) avaliar o programa.

### **Diagnosticar globalmente as necessidades**

No sentido de diagnosticar as necessidades da comunidade onde se pretende realizar o programa ter-se-á em conta os seguintes passos (Sánchez, 2007): (1) levantamento das Infra-estruturas existentes na comunidade; (2) deslocamento às Instituições; (3) consulta e análise de documentos; (4) reunião com técnicos da rede

social; (5) levantamento de necessidades escolares; (6) levantamento de necessidades com os idosos.

Após definir-se a comunidade em que se pretende desenvolver o programa inicia-se a pesquisa sobre a mesma com o levantamento das Instituições existentes na comunidade. O primeiro passo do técnico será dirigir-se à Câmara Municipal a que pertence essa comunidade e solicitar o levantamento das Instituições existentes. Esse levantamento servirá para que o técnico saiba quais as infra-estruturas (biblioteca, empresas/associações de apoio a desenvolvimento local, imprensa local, lares de 3ª idade, escolas, jardins de infância...) presentes na comunidade e a quais ele se poderá deslocar para obter informações e documentos que auxiliam o seu trabalho de pesquisa.

De seguida, e já com a lista de infra-estruturas que interessa visitar, o técnico deve deslocar-se a cada uma delas solicitando os documentos e informações necessárias para o diagnóstico da comunidade.

O técnico deverá dedicar algum tempo a consultar e analisar os documentos que adquiriu (artigos de jornais, dados sobre a população, estudos sobre as necessidades da comunidade). Pretende-se saber qual a evolução desta comunidade ao longo dos últimos anos e como se encontra actualmente.

Na eventualidade de existir uma rede social na comunidade marcar uma reunião com os técnicos que pertencem à mesma. Se não existir tentar marcar reunião com outras pessoas que possam estar a par da situação social da comunidade (Presidente de Junta de Freguesia, Director do Agrupamento de Escolas, Técnico do gabinete de Acção Social da Câmara...). Nesta reunião o técnico deve questionar os presentes sobre os documentos que obteve, tentando perceber quais as reais necessidades da comunidade.

Como um dos grupos participantes no programa são as crianças deverá realizar-se um levantamento das necessidades escolares da comunidade. Tentará saber-se: (1) se o número de crianças em idade escolar tem aumentado; (2) se existe abandono escolar e porquê; (3) se há sucesso ou insucesso escolar. Ou seja, averiguar quais poderão ser as necessidades das crianças daquela comunidade. Este levantamento poderá ser realizado durante as fases já mencionadas, visitando-se a sede do Agrupamento de Escolas onde se solicitará uma reunião com a direcção.

Assim como é necessário fazer um levantamento das necessidades das crianças, também se terá que realizar o diagnóstico de necessidades que a comunidade tem em relação aos idosos. Ter-se-á em conta aspectos como: (1) taxa de envelhecimento dessa

comunidade; (2) tipos de respostas sociais existentes na comunidade para a população mais velha; (3) número de idosos institucionalizados nas Instituições da comunidade; (4) número de idosos a residir nas suas casas e a necessitar de apoio. O levantamento de necessidades com os idosos poderá ser realizado nas três primeiras fases indicadas, no entanto será conveniente visitar-se as Instituições (se existirem) dirigidas aos idosos (lar de 3ª idade, centro de dia, centro de actividades ocupacionais...).

## **Analisar profundamente o problema**

Antes de dar início ao projecto é necessário conhecer a perspectiva dos envolvidos no programa, ou seja, dos participantes, crianças e idosos da comunidade (Sánchez, 2009).

Nesta etapa há uma aproximação do dinamizador do programa à realidade para conhecer aqueles que poderão ser os participantes do projecto (Carreras, 2007). É necessário que o técnico tenha noção do tipo de interesses das duas gerações, da forma como se relacionam na comunidade, dos problemas que existem no meio envolvente.

Para conseguir essas informações podem realizar-se entrevistas e focus grupo. Como as gerações envolvidas são as crianças e os idosos pode optar-se por entrevistas em vez de questionários pois as crianças pequenas ainda não sabem ler e escrever e no caso dos idosos poderá ocorrer a mesma situação (conforme o contexto e o grupo com que se desenvolve o programa). O focus grupo será realizado com as crianças e com os idosos, organizados em grupos de 8 e cujo moderador será o técnico responsável pelo projecto.

## **Objectivos do Programa**

Os objectivos devem ser estabelecidos inicialmente para que durante e no término do mesmo se possam avaliar os ganhos alcançados (Hatton-Yeo & Ohsako, 2001).

Dadas as características da população com quem se pretende implementar o programa (zonas rurais do interior do país) supõe-se que a área do ambiente seja um interessante foco a desenvolver no âmbito de um P.I..

A seguir são apresentados objectivos gerais que, posteriormente, deveriam ser trabalhados e operacionalizados de acordo com o diagnóstico de necessidades e análise do problema da comunidade onde se iria implementar o P.I..

### **Objectivos gerais**

- Incentivar a interacção entre gerações através de actividades conjuntas que promovem o bem-estar, o respeito e compreensão entre as gerações envolvidas;
- Promover a solidariedade entre gerações;
- Fomentar a coesão social na comunidade em questão;
- Incentivar a troca de saberes e experiências entre crianças e idosos;
- Promover a tomada de decisão conjunta entre crianças e idosos;
- Fomentar competências sociais, organizacionais e de resolução de problemas;
- Incentivar os participantes a aprender novas habilidades num ambiente intergeracional;
- Melhorar a qualidade de vida dos idosos;
- Estimular os idosos e as crianças a realizar actividades que contribuem para uma vida saudável;
- Estimular o sentido de responsabilidade sobre o ambiente nas duas gerações envolvidas;
- Construir e manter uma horta e/ou um jardim;
- Utilizar os produtos da horta para a produção de alimentos saudáveis;

- Promover a continuidade de saberes relativos a agricultura e jardinagem, ofício a que se dedicaram grande parte dos idosos;
- Sensibilizar os técnicos para a questão da intergeracionalidade;
- Incentivar as redes sociais locais para o desenvolvimento de Programas Intergeracionais;

## **Estratégias de intervenção**

Segundo Newman e Sánchez (2007) para se realizar este projecto é necessário delinear estratégias relativamente a: (1) financiamento; (2) recursos humanos; (3) divulgação; (4) formação complementar.

### **Financiamento**

O financiamento para a concretização do programa será solicitado a entidades públicas e privadas da comunidade. Também se irão implicar as redes sociais locais, visto que se trata de uma iniciativa de empreendedorismo social e que haverá benefícios para a comunidade.

Visto que é um meio no qual a agricultura ainda é uma actividade muito presente, também será feito um pedido de aquisição de materiais a empresas relacionadas com esse ofício.

Podem também ser implicadas algumas empresas privadas, não só a nível económico como através da doação de materiais e de voluntários para ajudar na concretização do projecto.

### **Recursos humanos**

O projecto será desenvolvido através de parcerias entre o técnico/instituição responsável pela planificação e gestão do mesmo e os técnicos das redes sociais locais.

Como nos refere Sáez (2007) os técnicos envolvidos poderão ser de diversas áreas profissionais (professores, educadores de infância, animadores sócio culturais, assistentes sociais ou psicólogos). Visto que o projecto tem como tema o ambiente pedir-se-á o apoio de um jardineiro que poderá pertencer à Câmara Municipal, Junta de Freguesia ou outra Instituição da comunidade.

Os recursos humanos terão de ser geridos de forma a enriquecer o programa, para tal será necessário colocar os envolvidos a par daquilo que se irá desenvolver. Os técnicos deverão assumir o papel de facilitadores e catalisadores (Sáez, 2007). Deverão evitar dar conselhos ou servir de agentes informativos, afastando-se de intervenções demasiado expositivas.

Na fase de trabalho na horta o jardineiro será a pessoa que terá mais contacto com os participantes do projecto, por estar implicado com o tema que vai de encontro com a sua área profissional. Nesta fase os técnicos estarão presentes principalmente como observadores e orientadores.

Os técnicos serão fundamentais para ajudar as crianças e idosos a conduzirem o projecto, visto que se pretende todos os envolvidos participem na construção e desenvolvimento do programa (Dominguez & Duaigues, 2006).

Poderemos contar, ainda, com voluntários. Estes poderão ser pessoas da própria comunidade que sintam vontade de participar neste projecto.

## **Divulgação**

A divulgação do projecto pode funcionar como uma estratégia de intervenção, que poderá ajudar a motivar os participantes a dar continuidade ao projecto e a que este seja adoptado por outras instituições (Newman & Sánchez, 2007). A divulgação pode ser dividida em três partes: (1) inicial; (2) ao longo da realização do projecto; (3) final.

### **Divulgação inicial**

De modo a incentivar as crianças e idosos a participar no projecto deverá realizar-se uma divulgação inicial. Como tal será feita a apresentação do programa nas escolas e no centro de dia. Para os idosos que não frequentem o centro de dia serão

afixados e distribuídos panfletos com a descrição do programa e a abertura das inscrições.

#### Divulgação ao longo da realização do projecto

Uma das formas de divulgação poderá ser a criação de um blogue a ser dinamizado pelas crianças e idosos, que o actualizarão à medida que as actividades se desenvolveram. Este blogue servirá para mostrar à comunidade envolvente, inclusive às famílias, o trabalho feito, mas também poderá atingir outras proporções, pois a internet chega mais longe, podendo esse blogue ser uma caixinha de surpresas para os participantes.

Visto a ideia de um blogue tornar-se mais difícil de concretizar em algumas realidades por falta de recursos e/ou formação poderá realizar-se um boletim/panfleto informativo do projecto. Este boletim/panfleto será construído pelas crianças e idosos, tendo uma frequência mensal e no qual constarão os testemunhos dos participantes e registos fotográficos das actividades.

Durante a realização do projecto também serão implicadas pessoas (familiares ou outras pessoas da comunidade) para ajudarem na elaboração da horta; haverá ainda a participação e envolvimento através da confecção dos produtos que nasceram na horta (as crianças poderão levá-los para as suas casas e os idosos oferecê-los a familiares ou amigos que os visitam).

#### Divulgação final

No final do projecto será realizada a apresentação do mesmo à comunidade, através de vídeos, fotografias, registos feitos durante a realização das actividades e que, no final, irão servir para mostrar o processo até ao resultado final. Essa apresentação será aberta à comunidade, dinamizada pelos participantes do projecto.

O projecto também poderá ser divulgado na comunicação social local, através de testemunhos dos participantes e fotografias das actividades e interacções.

Por fim, há a divulgação científica dos resultados realizada pelo técnico gestor e responsável pelo programa.

## Formação complementar

Tendo em conta que os Programas Intergeracionais podem enriquecer muito a comunidade onde se desenvolvem é uma mais-valia que os técnicos que integram as redes sociais saibam planificar, gerir e avaliar bem um P.I. (Sáez, 2007). Por outro lado os P.I.'s estão a ganhar força na área de intervenção social, sendo uma resposta social a problemas actuais da nossa sociedade. Através do seu desenvolvimento podemos atenuar diversos problemas que a sociedade enfrenta (estereótipos acerca do envelhecimento, violência, abandono escolar, racismo, entre outros). Assim, considera-se pertinente que os técnicos pertencentes às redes sociais tenham acções de sensibilização sobre o que são P.I.'s, o que implicam, porque surgiram, ou seja pretende-se que o técnico que está a gerir o programa realize ao longo do mesmo sessões de esclarecimento acerca do tema.

Além da formação ser importante para os técnicos envolvidos e para aqueles que fazem parte das redes sociais da comunidade, também são imprescindíveis para os participantes do programa (crianças e idosos) e para os voluntários. Na fase de divulgação do programa será realizada uma formação de preparação dos participantes, técnicos e voluntários. Essa formação será dada na área da comunicação, preparando os participantes para interagirem e comunicarem com pessoas de uma geração diferente da delas.

**Tabela 12 - Plano de formação**

Tema	O que são Programas Intergeracionais
Objectivos	Conhecer o conceito de P.I. Identificar benefícios dos P.I.'s Conhecer as etapas de construção de um P.I.
Conteúdos	Conceito de P.I.; Benefícios dos P.I.'s; Etapas de construção de um P.I.
Participantes	Técnicos e voluntários
Calendarização	1ª fase
Tema	Como planificar um P.I.
Objectivos	Saber planificar correctamente um P.I.
Conteúdos	Fases de elaboração de um P.I.
Participantes	Técnicos

Calendarização	1ª fase
Tema	Aprender a comunicar
Objectivos	Melhorar a assertividade Adquirir técnicas para comunicar Conhecer diferentes tipos de comunicação
Conteúdos	Comportamentos assertivos Técnicas de comunicação Tipos de comunicação
Participantes	Crianças e idosos
Calendarização	1ª fase
Tema	Psicologia do desenvolvimento
Objectivos	Conhecer diferentes etapas do desenvolvimento
Conteúdos	Etapas do desenvolvimento Desenvolvimento da criança Desenvolvimento do idoso
Participantes	Idosos, voluntários e técnicos
Calendarização	1ª fase

## Plano de acção

Todos os envolvidos no design e concretização da ideia serão ouvidos através de debates, reuniões de planificação e avaliação e conversas informais que ocorrem, sendo importante que as aspirações dos participantes façam parte do programa (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel, 2009).

A opinião de cada um vai ser essencial num projecto em que se pretende que todos ganhem no que diz respeito a relações, afectividade e companheirismo entre crianças e idosos da mesma Instituição/comunidade. Além dos participantes, também os técnicos serão envolvidos, tendo em conta o que têm a dizer acerca do programa, sendo incentivados a participar sendo-lhes explicados os ganhos afectivos, relacionais e emocionais que poderão ter os participantes ao longo do projecto (Pinto, Hatton-Yeo & Marreel, 2009). A comunidade terá um papel a desempenhar e cada papel será importante no todo do projecto, assim serão envolvidos idosos, crianças e técnicos –

através da importância do seu papel dentro do projecto. Portanto, será um projecto construído passo a passo por todos os envolvidos.

No entanto, embora se pretenda construir o projecto em parceria com os seus participantes, é necessário traçar algumas linhas gerais pelas quais pretendemos orientarmo-nos, deste modo teremos em conta a tabela 13 na qual descrever-se-ão as tarefas a realizar.

**Tabela 13 - Descrição das tarefas a realizar**

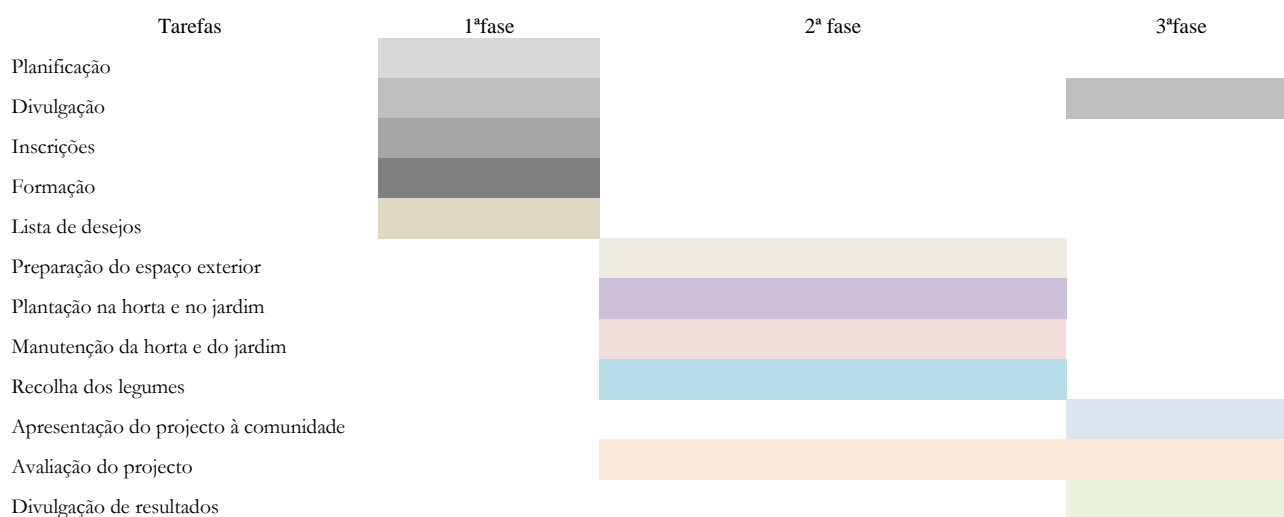
Designação da tarefa	<b>Planificação do programa intergeracional</b>
Objectivo	Planificar as actividades a realizar durante o desenvolvimento do programa
Duração	Um mês
Descrição da tarefa	Os técnicos envolvidos reúnem para definir as linhas orientadoras do programa, verificar o financiamento e definir a avaliação
Resultados esperados	Cronograma das actividades
Participantes	Técnicos
Designação da tarefa	<b>Divulgação do projecto</b>
Objectivo	Dar conhecimento da realização do projecto à comunidade; Informar a abertura de inscrições para o mesmo
Duração	1 mês
Descrição da tarefa	Através de cartazes, panfletos divulgar o projecto pela comunidade.
Resultados esperados	Divulgar o projecto de forma a atrair participantes para o mesmo
Participantes	Técnicos
Designação da tarefa	<b>Inscrições</b>
Objectivo	Obter participantes para o projecto
Duração	1 mês
Descrição da tarefa	Os interessados poderão efectuar a sua inscrição entregando os dados necessários para se realizar esse processo
Resultados esperados	Conseguir o número mínimo de participantes (crianças e idosos)
Participantes	
Designação da tarefa	<b>Formação</b>
Objectivo	Esclarecer os participantes acerca dos objectivos do programa
Duração	6 horas distribuídas por três dias durante uma semana
Descrição da tarefa	Os técnicos expõem os objectivos do programa de forma a esclarecer as dúvidas dos participantes
Resultados esperados	Participantes esclarecidos acerca do programa. Elaboração do livro de participação
Participantes	Idosos, crianças, técnicos e voluntários
Designação da tarefa	<b>Lista de desejos</b>
Objectivo	Definir juntamente com os idosos e crianças o que se irá fazer
Duração	2 dias
Descrição da tarefa	Duas reuniões com os idosos e crianças. A primeira para definir que tipo de horta e jardim querem planear. A segunda para fazer a lista de recursos e materiais necessários e estabelecer o calendário de trabalho na horta e no jardim.

Resultados esperados	Tomada de decisão conjunta entre as crianças e os idosos
Participantes	Idosos, crianças, técnicos e voluntários
Designação da tarefa	<b>Preparação do espaço exterior</b>
Objectivo	Preparar o espaço onde se vai construir a horta e o jardim
Duração	6 semanas
Descrição da tarefa	Realização das várias tarefas de preparação do espaço e da terra
Resultados esperados	Ter o local onde vai ser a horta e o jardim preparado para começar a plantar
Participantes	Crianças, idosos e jardineiro
Designação da tarefa	<b>Plantação na horta e no jardim</b>
Objectivo	Realizar em conjunto as tarefas de plantação
Duração	Não aplicável
Descrição da tarefa	Grupos mistos de crianças e idosos terão de realizar as tarefas de plantação do jardim e da horta.
Resultados esperados	Que cada grupo consiga trabalhar em conjunto de forma a realizar a tarefa
Participantes	Crianças, idosos e jardineiro
Designação da tarefa	<b>Manutenção da horta e do jardim</b>
Objectivo	Realizar em conjunto a manutenção da horta e do jardim
Duração	Não aplicável
Descrição da tarefa	Os grupos já estabelecidos na tarefa anterior devem realizar as acções necessárias para manter a horta e o jardim
Resultados esperados	Realizarem a manutenção da horta e do jardim em conjunto com sucesso
Participantes	Crianças, idosos e jardineiro
Designação da tarefa	<b>Recolha dos legumes</b>
Objectivo	Realizar a recolha dos legumes correctamente
Duração	Não aplicável
Descrição da tarefa	Em grupos de trabalho irá proceder-se à recolha dos legumes que se desenvolveram na horta
Resultados esperados	Que os grupos sejam capaz de trabalhar em conjunto atingindo o objectivo da tarefa
Participantes	Crianças, idosos e jardineiro
Designação da tarefa	<b>Apresentação do projecto à comunidade</b>
Objectivo	Divulgar o projecto à comunidade
Duração	Depende do tipo de apresentação que se irá realizar
Descrição da tarefa	Exposição de registos fotográficos do projecto; apresentação oral com suporte digital
Resultados esperados	Projeção do projecto na comunidade
Participantes	Crianças, idosos, técnicos e voluntários
Designação da tarefa	<b>Avaliação do projecto</b>
Objectivo	Avaliar o projecto
Duração	A definir
Descrição da tarefa	Através de observações, registos, focus grupo e entrevistas pretende-se fazer a avaliação do impacto do projecto para os participantes
Resultados esperados	Determinar aspectos positivos e negativos do programa para os participantes
Participantes	Crianças, idosos, técnicos e voluntários
Designação da tarefa	<b>Divulgação de resultados</b>

Objectivo	Divulgar os resultados da avaliação do programa
Duração	A definir
Descrição da tarefa	Relatório com os resultados da avaliação realizada com os participantes
Resultados esperados	Divulgação do impacto do programa. Verificação de benefícios para as crianças, idosos e comunidade. Objectivos do programa alcançados ou não.
Participantes	Técnicos

Após uma breve descrição das tarefas que se irão realizar durante o desenvolvimento do projecto pode-se observar na tabela 14 o cronograma das actividades organizadas em três fases.

**Tabela 14 - Cronograma das actividades**



### 1ª fase

A planificação do programa intergeracional, a verificação do financiamento e a planificação da avaliação serão pontos de organização dos técnicos responsáveis que antes de dar início ao programa devem verificar as condições que existem para a sua concretização.

De seguida os técnicos pretendem realizar uma formação com os idosos e as crianças para explicar o que se pretende fazer, altura em que são pedidas as suas sugestões e se tenta perceber quem está interessado em participar, tentando motivar para a participação. É necessário adquirir uma autorização dos encarregados de educação das

crianças em como elas podem participar. Estando as duas gerações implicadas presentes, é realizada uma actividade conjunta de manifestação de participação que consiste em elaborar um suporte com os envolvidos chamado de “livro de participação” onde cada participante coloca a impressão da sua mão e testemunha “eu quero participar porque...”. Com esta actividade pretende-se que idosos e crianças se conheçam melhor interagindo descontraidamente e que de certa forma mostrem voluntariamente a sua vontade de participar.

Sendo a lista de desejos o que se pretende fazer, a lista de materiais e recursos necessários o que é preciso para pôr em prática aquilo que se pretende e a definição do calendário de trabalho o quando se irá fazer.

## **2ª fase**

Nesta fase a planificação de tarefas poderá apresentar várias alterações visto que as ideias e sugestões dos envolvidos terão peso naquilo que se irá desenvolver, por isso só são descritas as actividades principais como o semear, manter e colher, não se discriminando outro tipo de actividades que possam surgir no decorrer do projecto, verificando-se importantes para os participantes.

## **3ª fase**

Na última fase do projecto pretende-se apresentá-lo à comunidade, sendo essa exposição feita com a ajuda de todos os envolvidos. Poderá ser uma apresentação em formato digital, mas também uma exposição de fotografias do processo realizado acompanhadas de testemunhos dos participantes. A decisão de como apresentar à comunidade será partilhada com todos os envolvidos.

Nesta altura o técnico responsável deve fazer uma nova avaliação do processo que decorreu durante o ano e divulgar os resultados obtidos.

Pretende-se que o projecto decorra através da elaboração de equipas de intervenção, ou seja os idosos e as crianças serão distribuídos por grupos constituídos por três idosos e três crianças, e a cada grupo vai pertencer um espaço da horta comum e do jardim. Inicialmente cada um deve construir o seu espaço, no entanto a sua manutenção será realizada por todos, pelas chamadas equipas de intervenção. Cada dia

da semana uma dessas equipas está responsável pela manutenção da horta e do jardim, tendo que verificar o que é necessário fazer nesse dia (semear, regar, recolher legumes, arrancar ervas daninhas, limpar o lixo do exterior), marcando numa tabela comum aquilo que foi feito. Assim, a horta e o jardim poderão estar sempre vigiados e com a manutenção necessária. Esta estratégia de desenvolvimento do projecto poderá ser alterada caso se verifique que não é a mais adequada.

## **Avaliação do programa**

A avaliação do projecto irá ser contínua, ou seja ter-se-á o cuidado de verificar se os objectivos do programa estão a ser cumpridos à medida que este se vai desenvolvendo (Carreras, 2007).

As dimensões que se pretende avaliar ao longo da implementação deste programa são: (1) quantidade e qualidade das relações entre os participantes; (2) presença de estereótipos; (3) benefícios alcançados pelos participantes; (4) impacto do programa na comunidade.

Para avaliar a quantidade e qualidade das relações entre os participantes mais jovens e mais velhos serão usadas as observações e entrevistas. A observação naturalista será realizada duas vezes por semana pelos técnicos envolvidos no programa. As entrevistas serão concretizadas na última fase do programa, sendo feitas a todos os participantes mais novos e mais velhos.

Com o intuito de avaliar a dimensão de presença de estereótipos serão usadas as seguintes estratégias: escala ImAges e focus grupo. O focus grupo será organizado com 8 a 12 participantes (grupos combinados de crianças e idosos), com a duração de uma hora e meia, sendo o técnico o moderador. A escala ImAges será aplicada aos idosos e crianças, na fase inicial do programa e posteriormente na fase final com o intuito de se identificarem diferenças após a aplicação do projecto.

Já na última fase do programa tentar-se-á avaliar a dimensão dos benefícios alcançados pelos participantes e para tal usar-se-ão as entrevistas e o focus grupo. No final do projecto serão realizadas pelo técnico entrevistas individuais aos participantes. De forma a avaliar o impacto do programa na comunidade utilizar-se-á como estratégia um questionário realizado a familiares e amigos das crianças e idosos, no final do programa.

## Conclusão

Podemos concluir que os Programas Intergeracionais constituem, assim, um importante meio para o desenvolvimento das sociedades, visto que são programas que promovem interações entre crianças/jovens e idosos proporcionando sistemas de apoio positivo de forma a manter o bem-estar das duas gerações.

Estes programas podem ser uma importante estratégia para criar uma sociedade para todas as idades a partir da promoção de interações entre pessoas de diferentes idades. Ou seja, a forma como se planifica e desenvolve um P.I. pode permitir o encontro de pessoas de duas gerações diferentes incentivando as relações e o alcance de metas comuns. A solidariedade social é fomentada através destes programas visto que unem gerações ultrapassando estereótipos.

Da revisão apresentada neste trabalho constatou-se que os P.I.'s apresentam benefícios para os seus participantes e para a comunidade e/ou Instituição onde se põem em prática. Os P.I.'s devem ter presentes três componentes principais para que os benefícios sejam conseguidos: (1) responder às necessidades reais das pessoas e da comunidade em que se desenvolve; (2) ter uma boa gestão e planificação; (3) desenvolver trabalho em rede.

A construção de um programa implica uma boa organização do técnico que o irá dinamizar. Tendo em conta Sánchez et al. (2007) é necessário seguir as etapas de construção de um P.I. para que este seja planificado com rigor, seriedade e credibilidade.

Apesar dos Programas Intergeracionais apresentarem-se como uma forte estratégia de intervenção social, há ainda muitas lacunas a ultrapassar. Alguns autores apontam a avaliação dos P.I.'s como um componente a desenvolver, visto muitos programas não serem avaliados correctamente. Os apoios das políticas locais aos programas intergeracionais são importantes para tornar os programas sustentáveis a longo prazo (Sedmak et al., 2008). Segundo alguns autores a formação profissional de um técnico na área intergeracional é outra carência a superar (Newman, 2001).

No que diz respeito a Portugal, é um país onde a área intergeracional parece estar muito pouco desenvolvida. Em Portugal é necessário desenvolver trabalhos científicos nesta área para que haja bases teóricas para desenvolver os programas na prática. É

importante sensibilizar técnicos e entidades para esta questão, visto Portugal ser um país com uma taxa de envelhecimento muito alta.

## Bibliografia

- Afonso, R. (2009). Programas intergeracionais no contexto da animação sociocultural. In J. Pereira & M. Lopes, *Animação sociocultural na terceira Idade* (pp. 55-62). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Afonso, R., Branco, M., Esgalhado, M., Simões, M. & Pereira, H. (2010). Considerações sobre os Programas Intergeracionais. *Revista de Psicologia*, 4, 751-756.
- Albuerne, F. & Juanco, A. (2002). Intergeneracionalidad y Escuela: “Trabajamos Juntos, Aprendemos Juntos”. *Revista Interuniversitaria de Formaciones del Profesorado*, 45, 77-88. Consultado em 01 de Fevereiro de 2010, em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=308430>.
- Anca, P. & Barcia, M. (2006). El educador/a social y la intergeneracionalidad en Galicia. *Espai Social*, 9, 32-34.
- Bernard, M. & Ellis, S. (2004). *How do you know that intergenerational practice Works?.* Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.
- Blanc, L. & Korotoky, S. (2006). Programa “Abuelos por elección”, programa de voluntariado intergeneracional. *Espai Social*, 9, 38.
- Bostrum, A. (2001). Suecia. In A. Hatton- Yeo and T. Ohsako (Eds.), *Intergenerational programmes: public policy and research implications. An international perspective* (pp. 51-54). Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.
- Bressler, J., Henkin, N. & Adler, M. (2005). *Connecting Generations, Strengthening Communities. A Toolkit for Intergenerational Program Planners*. Philadelphia, PA: Temple University Center for Intergenerational Learning.
- Butts, D. (2007). Programas intergeneracionales e inclusión social de las personas mayores. In Sánchez, M. et al., *Programas Intergeracionales: hacia una sociedad para todas las edades* (pp. 102-122). Barcelona: Fundación “La Caixa”.
- Carreras, J. (2007). Del para qué al qué evaluar: la construcción del diseño en la evaluación de los PIs. In Sánchez, M. (Eds.), *La evaluación de los programas intergeneracionales* (pp.31-48). Madrid: Imsero.
- Carreras, J. (2009, Julho). Importancia de la intergeneracionalidad. *Enlace en red, Monográfico*, 12-13.
- Carvalho, A. (1994). *Utopia e educação*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). *Educação social – Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

Comissão de las comunidades europeas. (2005). *Libro Verde Frente a los cambios demográficos, una nueva solidaridad entre generaciones*. Bruselas: Comisión de las comunidades europeas. Consultado dia 01 de Fevereiro de 2010, em: <http://www.imsersomayores.csic.es>.

Conde, M. (2009, Julho). Profesionalización de la gestión de los programas intergeneracionales. *Enlace en red, Monográfico*, 8-9.

Council of Europe. (2008, Janeiro). *Towards an active, fair and socially cohesive Europe*. Report of high-level task force on social cohesion. Strasbourg.

Delgado, J. & Martinez, B. (2006). Las relaciones intergeracionales. *Informe Portal Mayores*, 66. Madrid: Portal Mayores.

Delors, J. et al. (1996). *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. Porto: Edições Asa.

Dominguez, J. & Duaigues, M. (2006). Programa viure y conviure – Programa intergeneracional de vivienda compartida. *Espai Social*, 9, 45-50.

Dorfman, D. (1998). *Building partnerships workbook*. Portland: Northwest Regional Educational Laboratory.

Ferreira, J. (2007). Envelhecimento - problemática biológica, psicológica e social. In Fischer, T. et al., *Intergenerational Learning in Europe – Policies, Programmes & Practical Guidance* (25-39). Nuremberg: University of Erlangen.

Friedman, B. M. (1999). *Connecting generations: Integrating aging education and intergenerational programs with elementary and middle grades curricula*. Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.

Goff, K. (2004). Senior to Senior: living lessons. *Educational Gerontology*, 30, 205 – 217.

Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G.. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local*. Porto: Profedições.

Gonçalves, D., Martín, I., Guedes, J., Cabral-Pinto, F. & Fonseca, A. (2006). Promoção da qualidade de vida dos idosos portugueses através da continuidade de tarefas produtivas. *Revista Psicologia, Saúde e Doenças*, 7, 137 a 143. Consultado em 23 de Março de 2010 em [www.scielo.oces.metes.pt](http://www.scielo.oces.metes.pt).

Granville, G. & Hatton-Yeo, A. (2002). Intergenerational Engagement in the UK: a framework for creating inclusive communities. In Kaplan, Henkin and Kusano (Eds) *Intergenerational Strategies in Global Perspective*, University Press of America, Inc.

Hatton-Yeo, A. & Ohsako, T. (Eds.)(2001). *Intergenerational programmes: public policy and research implications. An International Perspective*. Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.

Hatton-Yeo, A. (dir.) (2006): *Intergenerational programmes. An introduction and examples of practice*. Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.

Hatton-Yeo, A. (2009). *Evaluating intergenerational projects: A practical guide to useful resources*. Stoke on Trent: Beth Johnson Foundation.

Imsero. (2002). *Envejecer en españa – II Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento*. Madrid: Ministerio de trabajo e asuntos sociales.

Imsero. (2008). Del proyecto a la pratica intergeneracional. Retirado em 10 de Maio de 2010 de <http://www.redintergeneracional.es>.

Imsero. (2009). Los gestores de programas intergeneracionales en España. Retirado em 10 de Maio de 2010 de <http://www.redintergeneracional.es>.

Instituto Nacional de Estatística. (2002). *O envelhecimento em Portugal: situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas*. Lisboa: INE.

Jarrot, S. (2005). Evaluation. In Goyer et al. (Ed.), *Under the Roof: a guide to starting intergenerational shared site programs* (pp. 85-102). Washington DC: Generations United.

Jarrot, S. (2007). *Tried and true: a guide to successful intergenerational activities at shared site programs*. Washington, DC: Generations United.

Kaplan, M. (1994). *Side-by-side: exploring your neighborhood through intergenerational activities*. San Francisco: MIG Communications.

Kaplan, M. (1997a). Intergenerational community service projects: implications for promoting intergenerational unity, community activism and cultural continuity. *Journal of Gerontological Social Work*, 28, 209-225.

Kaplan, M. (1997b). The benefits of intergeneracional community service projects: implications for promoting intergenerational unity, community activism and cultural continuity. In Brabazon & Disch (Eds.), *Intergenerational approaches in aging* (pp. 221-228). Nueva York: The Haworth Press.

Kaplan, M. (2001). *School-based intergenerational programs*. Hamburg: Unesco.

Klerq, J. (2001). Netherlands. In A. Hatton- Yeo and T. Ohsako (Eds.), *Intergenerational programmes: public policy and research implications. An international perspective* (pp. 35-39). Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.

Kuehne, V. (1999). *Intergenerational programs: understanding what we have created*. Binghamton: The Haworth Press, Inc.

- Lima, C. (2007). *Programas intergeracionais: um estudo sobre as atividades que aproximam as diversas gerações*. Universidade Estadual de Campinas.
- Limacher, A. (2009). Jovens com impacto: um programa inovador sobre a participação numa comunidade da Suíça. In Pinto, T., Hatton-Yeo, A. & Marreel, I. (2009), *Guia de ideias para planear e implementar projectos intergeracionais* (pp. 9-10). Portugal: Associação Valorização Intergeracional e Desenvolvimento.
- MacCallum, J. et al. (2006). *Community building through intergenerational Exchange programs*. Australia: National Youth Affairs Research Scheme.
- Machado, R. (2007). Aprendizagem cooperativa. *Cadernos de Pedagogia Social 1*, 67-73. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Maintao, S. (2001). China. In A. Hatton- Yeo and T. Ohsako (Eds.), *Intergenerational programmes: public policy and research implications. An international perspective* (pp. 18-21). Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.
- Marangoni, J. (2007). *Meu tempo, seu tempo: reflectindo a partir de uma intervenção no contexto escolar*. Universidade de Brasília, Brasília.
- Marquês, S. (2009). *Educabilidade e construção de laços intergeracionais*. Actas do X congresso internacional galego-português de psicopedagogia, Braga, Portugal.
- Martinez, M. & Hernandis, S. (2009, Julho). El campo intergeneracional. *Enlace en red, Monográfico*, 5-7.
- Marreel, I. (2009). Exemplos de práticas intergeracionais. In Pinto T., Hatton-Yeo A. e Marreel I. (2009). *Guia de ideias para planear e implementar projectos intergeracionais – Juntos: ontem, hoje e amanhã* (pp. 8-15). Portugal: Associação Valorização Intergeracional e Desenvolvimento.
- Maroto, A. (2009, Julho). Envejecimiento activo y relaciones intergeneracionales. *Enlace en red, Monográfico*, 2-4.
- Maroto, A., Romero, L., Marzo, P. & Miguel, J. (2009). *Nuevas miradas sobre el envejecimiento*. Madrid: Imserso.
- Marques I. & Pereira M.(2009). Vovóteca. In J. Pereira & M. Lopes, *Animação sociocultural na terceira idade* (pp. 360-365). Chaves: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.
- Marquês, S. (2009). *Educabilidade e construção de laços intergeracionais*. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho.
- Mesquida, E. (2008). *Gent gran, gent petita – una experiència compartida*. Programa Intergeneracional de la residència de gent gran Mao. Menorca. Consultado dia 1 de Junho de 2010 em <http://www.redintergeneracional.es>

- Morin, E. (2002). *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nações Unidas (1982). *Plan de Acción Internacional de Viena sobre el Envejecimiento – Asamblea Mundial Sobre el Envejecimiento*. Viena: Nações Unidas.
- Nações Unidas. (2002). *Informe de la segunda asamblea mundial sobre el envejecimiento*. Madrid: Nações Unidas.
- Naciones Unidas. (2007), Novembro). *Una sociedad para todas las edades, retos y oportunidades*. Actuaciones de la conferencia ministerial de la CEPE sobre el envejecimiento, León, España.
- Newman, S. (1998). History and evolution of intergenerational programs. In S. Newman, R. Ward, Th. Smith, J. Wilson & J. McCrea, *Intergenerational Programs: Past, Present and Future* (pp.55-79). Washington, DC: Taylor and Francis.
- Newman, S. & Sánchez, M. (2007). Los programas intergeracionales: concepto, história y modelos. In M. Sánchez, D. Butts, A. Hatton-Yeo, N. Henkin, S. Jarrott, M. Kaplan, A. Martínez, S. Newman, S. Pinazo, J. Sáez & A. Weintraub, *Programas Intergeracionales: hacia una sociedad para todas las edades* (pp.37-51). Barcelona: Fundación “La Caixa”.
- Nunes, L. (2009). *Promoção do bem-estar subjectivo dos idosos através da intergeracionalidade*, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Osborne, S. & Bullock, J. (2000). Intergenerational programming in action: Befrienders. *Educational Gerontology*, 26, 169-182.
- Owen, M. (2006). *Program evaluation. Forms and approaches*. St Leonards NSW: Allen & Unwin.
- Palmeirão, C. (2008). *A Educação Intergeracional no horizonte da educação social: compromisso do nosso tempo*. Cadernos de Pedagogia Social 2. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Pessoa, I. (2009, Julho). Os programas intergeracionais no Brasil. *Enlace en red, Monográfico*, 20-23.
- Pinazo, S. & Kaplan, M. (2007). Los beneficios de los programas intergeneracionales. In Sánchez, M. et al., *Programas Intergeracionales: hacia una sociedad para todas las edades* (pp. 70-101). Barcelona: Fundación “La Caixa”.
- Pinto T., Hatton-Yeo A. & Marreel I. (2009). *Guia de ideias para planear e implementar projectos intergeracionais – Juntos: ontem, hoje e amanhã*. Portugal: Associação Valorização Intergeracional e Desenvolvimento.
- Poggi, M. (2001). *La formación de directivos de instituciones educativas*. Buenos Aires: Unesco.

Romero, X., Ruiz, E. & Brigeiro, M. (2009). *Hacia una sociedad para todas las edades. Experiencias latinoamericanas de relaciones intergeneracionales*. Santiago de Chile: Red Latinoamericana de Gerontología.

Sáez, J., Díaz, P., Pinazo, S. & Sánchez, M. (2009). *Buenas prácticas profesionales en el campo intergeneracional. Análisis de la situación y propuestas de mejora*. Resumen Ejecutivo. Murcia: Imserso.

Sánchez, M. (Ed.) (2007). *La evaluación de los programas intergeneracionales*. Madrid: Imserso.

Sánchez, M. et al. (2007). *Programas Intergeracionales: hacia una sociedad para todas las edades*. Barcelona: Fundación “La Caixa”.

Sánchez, M. (2009). Intergeneracionalidad y envejecimiento activo de las personas mayores. Aportación de los programas intergeneracionales. In Maroto, A., Romero, L., Marzo, P. & Miguel, J., *Nuevas miradas sobre el envejecimiento* (pp. 295-312). Madrid: Imserso.

Sánchez, M. & Martinez, A. (2007). Una sociedad para todas las edades. In M. Sánchez, D. Butts, A. Hatton-Yeo, N. Henkin, S. Jarrott, M. Kaplan, A. Martínez, S. Newman, S. Pinazo, J. Sáez & A. Weintraub, *Programas Intergeracionales: hacia una sociedad para todas las edades* (pp.16-36). Barcelona: Fundación “La Caixa”.

Sawano, Y. (2001). Japan. In A. Hatton- Yeo and T. Ohsako (Eds.), *Intergenerational programmes: public policy and research implications. An international perspective* (pp. 31-34). Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.

Sedmak et al. (2008, Abril). *Intergenerational solidarity for cohesive and sustainable societies*. Outcomes of the Slovenian presidency conference, Brdo, Slovenia.

Silveira, T. (2002). Convívio de gerações: ampliando possibilidades. *Textos Envelhecimento*, 8.

Sommerhalder, C & Nogueira J. (2000). As relações entre gerações. In Neri A. & Freire S. (Orgs). *E por falar em boa velhice* (pp.113-124). São Paulo: Papirus.

Sousa, L., Cerqueira, M. & Galante, H. (2008). How images of old age vary with age: an exploratory study among the Portuguese population. *Reviews in Clinical Gerontology*, 18, 1–14.

VanderVem, K. (2004). Intergenerational theory: the missing element in today’s intergenerational programs. In V.S. Kuehne (ed.). *Understanding what we have created* (pp. 33-47). Binghamton: The Haworth Press.

Vaz et al. (2004, Setembro). *Reconfiguração da concepção de velhice em Portugal*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal.

Veelken, L. (2001). Germany. In A. Hatton- Yeo and T. Ohsako (Eds.), *Intergenerational programmes: public policy and research implications. An international perspective* (pp. 26-30). Stoke-on-Trent: The Beth Johnson Foundation.

Ward, C.R. (1997). The context of intergenerational programs. In Newman, Ward, Smith & Wilson, *Intergenerational programs: Past, present and future* (pp. 21-35). Bristol, PA: Taylor & Francis.

Ward, C.R. (1999). The intergenerational field needs more ethnographic research. In Kuehne V. (Ed.) *Intergenerational programs: Understanding what we have created* (pp. 7-23). N.Y.: Haworth Press, Inc..

Wolf, F. (1999). *Partners for Learning: a guide to evaluating arts education projects*. London: Regional Arts Board and the Arts Council for England.